

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
CURSO DE JORNALISMO

CÉSAR DE ANDRADE CABRAL

TERRA INCOGNITA:
O JORNALISMO INTERNACIONAL BRASILEIRO E A COBERTURA DOS
PAÍSES LUSO-AFRICANOS

BAURU - SP

2019

CÉSAR DE ANDRADE CABRAL

TERRA INCOGNITA:

**O JORNALISMO INTERNACIONAL BRASILEIRO E A COBERTURA DOS
PAÍSES LUSO-AFRICANOS**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)
apresentado ao Curso de Jornalismo, do Departamento
de Comunicação Social – DCSO - da Faculdade de
Arquitetura, Artes e Comunicação – FAAC-, da
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
- UNESP, campus de Bauru, como requisito parcial para
a obtenção título de bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Prof^a Associada Maria Cristina Gobbi

BAURU - SP

2019

A minha terra havia de ser uma história, uma língua, um corpo enterrado na esperança, uma ideia miscigenada de qualquer coisa de cultura e memória, um não pertencer a nada nem a ninguém por muito tempo, e ao mesmo tempo poder ser tudo, e de todos, se me quisessem, para que merecesse ser amada

-Isabela Figueiredo

CABRAL, C. de A. *Terra Incognita: O Jornalismo Internacional brasileiro e a cobertura dos países luso-africanos*. Monografia de conclusão de curso de Jornalismo da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP. Departamento de Comunicação Social – DCSO. Sob a orientação da Professora Associada Maria Cristina Gobbi, 2019

RESUMO

A partir de uma hipótese inicial de que os países africanos integrantes da Comunidade dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – a CPLP – eram pouco pautados pelos cadernos internacionais brasileiros, surgiu a ideia de se realizar uma pesquisa a fim de mostrar se essa percepção se mostraria verdadeira. Para isso foram analisados a cobertura das editorias internacionais, em sua versão online, de três jornais do país. Dois foram escolhidos a partir do critério de maior índice de circulação das principais cidades do país: *Folha de S. Paulo* (São Paulo) e *O Globo* (Rio de Janeiro), optou-se também pelo *Correio Braziliense* (Brasília), por ser um dos mais tradicionais da capital federal, para efeito comparativo entre os dois primeiros, já que a cidade conta com a presença de políticos e representações diplomáticas. Assim, no período do terceiro trimestre de 2019, num total de 92 dias, foram coletadas 192 publicações diferentes que mencionavam de alguma forma os países luso-africanos. As notícias coletadas foram separadas em duas grandes categorias: *diretas* e *indiretas*, de acordo com a importância do(s) país(es) dentro da notícia e na compreensão dos fatos (categoria *direta*), ou se apenas se tratavam de breves menções (categoria *indireta*). De modo geral, foi constatado que, apesar de figurarem nos jornais, a maioria das matérias citam brevemente os países, sem colaborar muito na compreensão do acontecimento. Para tentar entender esse cenário, a monografia contextualiza e analisa a formação dos países africanos membros da CPLP até os dias de hoje, passando por indicadores econômicos como Produto Interno Bruto (PIB) e expectativa de vida, para situá-los em um cenário de importância internacional. A relação dos países luso-africanos com o Brasil também é retratada, com a intenção de conferir se a importância diplomática que o país dá a eles se reflete no interesse dos jornais brasileiros em noticiá-los: nos dados obtidos, é possível constatar que o Brasil não prioriza os países luso-africanos, assim como os cadernos internacionais refletem essa falta de interesse. A falta de cobertura também pode ser encarada como falta de material e pessoal para se cobrir assuntos desses países, e a maioria das notícias *diretas* são oriundas de agências de notícias – também contextualizada nesta pesquisa – o que reflete a ideologia dessas empresas internacionais e seu interesse em cobrir e vender materiais de países ou regiões que não são potências mundiais.

Palavras-chave: Jornalismo. CPLP. África. Cobertura midiática.

SUMÁRIO

1 Introdução	8
2 Contextualização: Um panorama sobre os países lusófonos na África	11
2.1 Formação do Império colonial português	11
2.2 Desenvolvimento econômico e político dos países luso-africanos	15
2.2.1 Angola	16
2.2.2 Cabo Verde	19
2.2.3 Guiné-Bissau	22
2.2.4 Guiné Equatorial	23
2.2.5 Moçambique	25
2.2.6 São Tomé e Príncipe	28
3 CPLP: Uma evolução do domínio colonial a um sistema de cooperação	30
3.1 As amarras colonialistas	30
3.2 Lusofonia: uma comunidade	31
3.3 Os PALOP: uma relação anterior à CPLP	33
3.4 A relação dos países luso-africanos com o Brasil	34
4 Além-fronteiras	38
4.1 Uma breve introdução à História do Jornalismo	38
4.2 O caso do Internacional	44
5 Análise	46
5.1 Metodologia	46
5.2 Análise geral	49
5.3 Análise dos casos	51
5.3.1 O Globo	51
5.3.2 Folha de S. Paulo	54
5.3.3 Correio Braziliense	58
5.4 Intepretação	60
6 Conclusão	63
Referências	65
APÊNDICE A - Notícias classificadas como <i>diretas</i> n'O Globo	72
APÊNDICE B - Notícias classificadas como <i>diretas</i> na Folha de S. Paulo	74
APÊNDICE C - Notícias classificadas como <i>diretas</i> em Correio Braziliense	75

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização dos países africanos da CPLP.....	16
Figura 2: Sites utilizados para pesquisa.....	46
Figura 3: Porcentagem das notícias coletas, por jornal	49
Figura 4: Matérias, por jornal, classificadas na categoria “indireta” e “direta”	50
Figura 5: Número de matérias “diretas” em que aparecem os países	50
Figura 6: Porcentagem de matérias separadas por categoria – O Globo	52
Figura 7: Número de matérias em que os países são mencionados – O Globo	52
Figura 8: Matérias onde os países são mencionados – O Globo	53
Figura 9: Tabela com classificações das matérias em editoria, subcategoria, gênero e formato – O Globo	53
Figura 10: porcentagem de matérias separadas por categoria - Folha.....	55
Figura 11: Matérias onde os países são mencionados - Folha.....	56
Figura 12: Número de matérias em que os países são mencionados - Folha	56
Figura 13: Tabela com classificações das matérias em editoria, subcategoria, gênero e formato - Folha	57
Figura 14: porcentagem de matérias separadas por categoria – Correio Braziliense	58
Figura 15: Matérias onde os países são mencionados – Correio Braziliense	58
Figura 16: Número de matérias em que os países são mencionados – Correio Braziliense	59
Figura 17: Tabela com classificações das matérias em editoria, subcategoria, gênero e formato - Correio Braziliense	59

1 Introdução

A formação dos países luso-africanos está muito interligada com a própria história do Brasil. Todos esses países foram frutos da expansão portuguesa rumo às Índias durante o século XVI, sofreram exploração de praticamente os mesmos produtos – cana de açúcar, comércio de escravos, exploração de metais preciosos, entre outros, foram fundados em uma unidade religiosa – catolicismo.

Mesmo após a América portuguesa virar, de fato, Brasil, em 1822, a ligação com as colônias luso-afro-asiáticas manteve-se, principalmente na necessidade e dependência da economia brasileira de trabalho escravo, além de posteriores compromissos e tratados assinados entre Brasil e Portugal. Assim, esses dois países defendiam os interesses um do outro, ainda mais quando as possessões portuguesas começaram a ser questionadas por atores internacionais durante a segunda metade do século XX.

Já com a independência das antigas colônias de Portugal, o Brasil aproveitou para conquistar seu lugar ao sol. Ainda no mesmo dia que os novos países de língua portuguesa se tornaram independentes, o governo Geisel também os reconheceu assim, além de tentar estabelecer relações diplomáticas logo de início, mesmo que com um governo de transição.

Durante os anos 1990 a Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP) é criada, aproximando ainda mais o Brasil e os outros países lusófonos.

Outro momento importante na relação com os países luso-africanos foi durante o governo Lula, no qual a relação com eles foi de grande destaque. Por exemplo, muitas obras de infraestrutura foram realizadas em Angola, com empréstimo brasileiro – através do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e empresas brasileiras – mais tarde, esquemas de corrupção seriam evidenciados, envolvendo o próprio ex-presidente Lula em Angola.

Apesar desse histórico, pouco é retratado desses países pelas editorias internacionais dos jornais brasileiros. Pouco se sabe dessas nações e pouco nela se falam. Como se verá no decorrer desta pesquisa, os países só são destacados quando há outro fator de grande interesse por trás – por exemplo, Moçambique foi muito pautado durante o mês de setembro devido a uma visita do Papa ao país, e

apenas uma matéria, em apenas um jornal, envolvia assunto de interesse exclusivo moçambicano – o assunto em questão tratava de um acordo de paz assinado entre antigos partidos beligerantes de Moçambique.

E é a partir de uma percepção pessoal de que os países africanos de língua portuguesa são pouco pautados pela mídia brasileira que a seguinte pesquisa procura averiguar. É analisado a frequência com que tais nações figuram nos cadernos internacionais de três jornais brasileiros diferentes: *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *Correio Braziliense*, das principais cidades do país, respectivamente, Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. Também é analisado como são retratados e o que os fazem ser noticiados e quais as características das matérias produzidas.

O período analisado foi o terceiro trimestre de 2019 – correspondendo o mês de julho a setembro – em um total de 92 dias. Foi escolhido essa época por ser o período inicial do segundo semestre de governo de Jair Bolsonaro, cujo período espera-se que suas políticas já estejam bem definidas – ou em vias de sê-las -, em especial a Diplomacia, podendo, assim, ter uma melhor percepção e ver se o grau de importância que o governo dá à África e se isso refletir-se-ia nos cadernos internacionais. Nesse tempo, foram coletadas 192 notícias.

As matérias foram separadas entre *menções diretas* e *menções indiretas*, seguindo o critério de relevância do país em questão na notícia. Por exemplo, se Angola tivesse um peso no fato reportado era classificado em *direta*, caso fosse apenas uma breve menção de origem ou exemplificação, seria classificado como *indireta*. Também foram classificadas de acordo com a editoria, assunto tratado, quem assina a matéria, gênero e formato jornalístico a fim de traçar o perfil das notícias encontradas.

Para escolher os países alvo do estudo foi com base nos países africanos integrantes da CPLP justamente por estarem em uma região tida como “desinteressante” nos noticiários e pelo peso da proximidade que a língua e história em comum tem com o Brasil.

Em um primeiro momento – no capítulo 2 “Contextualização: Um panorama sobre os países lusófonos na África” – foi abordado a formação do Império Colonial Português assim como suas causas e consequências, passando pela formação e evolução político e econômica dos países luso-africanos.

No capítulo 3 CPLP: Uma evolução do domínio colonial a um sistema de cooperação, foi abordada a formação da CPLP e seus antecedentes, contextualizando como se dá a relação entre o Brasil e os países luso-africanos.

O capítulo 4 Além-Fronteiras, fala sobre a formação do jornalismo internacional e seu desenvolvimento junto ao desenvolvimento da imprensa e seu grande atrelamento às agências de notícias internacionais.

No último capítulo, 5 Análise, são analisados os dados colhidos durante a pesquisa, assim como sua conclusão, que confirma a hipótese que esta pesquisa analisou: de 192 notícias colhidas conforme os critérios adotados, poucas tratam dos países luso-africanos (ao todo, apenas 38 foram classificadas como *diretas*) e aquelas que tratam deles, pouco informam sobre a realidade interna ou na melhora da imagem desse países perante os brasileiros.

2 Contextualização: Um panorama sobre os países lusófonos na África

“O conceito de Nação é inseparável, no caso português, da noção de missão civilizadora”
- Salazar

Portugal tem uma histórica ligação com o mar. A obra mais conhecida escrita em língua portuguesa é uma ode ao povo lusitano e aos seus navegadores: *Os Lusíadas*, escrito por Camões e lançado em 1572.

A história de quase 500 anos de “achamentos” e domínios pelos mares se iniciou ainda no início do século XV, antes mesmo da tomada de Constantinopla em 1453 e, conseqüentemente, o fim do Império Bizantino - último reduto da cristandade no Oriente-Próximo - que obrigou os países europeus a procurarem rotas alternativas no comércio de diversos produtos oriundos do Extremo-Oriente.

2.1 Formação do Império colonial português

Inicialmente Portugal virou suas atenções expansionistas a Marrocos, conquistando diversas cidades marroquinas, como Ceuta (1415), Alcácer-Ceguer (1458) e Aguer (1505) (VASCONCELOS, 2016). Ainda durante o mesmo período é iniciado o desbravamento das águas atlânticas do norte, que resultou no descobrimento de algumas ínsulas que ainda hoje fazem parte de Portugal: Ilha da Madeira viraria território do país em 1419 e contando com assentamentos a partir de 1433, e em 1426 alcançam os Açores, sendo iniciado a colonização em 1439 (VASCONCELOS, 2016).

Em 1443 chegam a Arguim, na atual Mauritânia, como um primeiro entreposto na costa africana além-Marrocos.

No ano seguinte escravos da região foram vendidos em Lagos, dando início ao comércio de escravos africanos pelos europeus. Uma feitoria foi estabelecida em torno de 1445 (Boxer, 2014), visando à aquisição de escravos, marfim e ouro, trazidos pelas caravanas, juntamente com a construção de uma fortaleza em 1448. (VASCONCELOS, 2016, p. 38)

Ainda em 1445 começa a descoberta de porções de terras ao sul das Canárias; é nesse mesmo ano que Cabo Verde é avistado pela primeira vez - todas as ilhas do arquipélago são encontradas até 1462 (HOSO, 1920). A atual Guiné-Bissau foi descoberta no mesmo ano, e fez parte da mesma administração colonial de Cabo Verde até o século XIX. O início do povoamento do arquipélago cabo-verdiano teria se dado em 1462, na ilha de Santiago, conforme informações do próprio governo local.

A Costa do Ouro foi outra região que contou com presença portuguesa. Estendia-se pelo golfo da Guiné, “[...] aproximadamente de Axim, Gana, ou próxima do Cabo das Três Pontas, a oeste do Rio Volta [...]” (BRITANNICA, sd, online, tradução livre). Foi posse portuguesa até 1642, quando o território é cedido a Holanda (JOURNAL OF AFRICAN LAW, 1957) devido a um conflito de longa data entre os dois países.

No ano de 1470 as ilhas do Golfo da Guiné são ocupadas – entre elas, São Tomé e Príncipe (VASCONCELOS, 2016). Ainda conforme Vasconcelos (2016, p. 39), quinze anos depois “[...] os comerciantes de São Tomé foram autorizados, por contrato, para realizar o comércio de escravos nos ‘rios da Guiné’, o que tornou essas ilhas um centro de tráfico de escravos regional”.

Houve contato também com o histórico Reino do Congo em 1482, feito primeiramente pelo navegador Diogo Cão (HOSO, 1920). E apenas em 1491 é que são estabelecidas relações diplomáticas entre os dois reinos. (VASCONCELOS, 2016) Diogo voltaria ao Congo posteriormente; em sua segunda viagem “[...] revisitou o Congo, induziu o rei do Congo a aceitar o senhorio do Rei João¹, e se tornar cristão. Pode-se considerar como o início da colônia de Angola” (HOSO, 1920, p. 8, tradução livre), visto que parte do reino em questão estava localizado no norte angolano.

A exploração portuguesa ganha novos horizontes em 1488 quando Bartolomeu Dias dobra o cabo da Boa Esperança - na atual África do Sul. Trata-se de um ponto em que o Atlântico encontra o Oceano Índico.

¹ Trata-se do rei D. João II que reinou em dois períodos distintos: a primeira vez de 11 de novembro de 1477 até 15 de novembro do mesmo ano. Só voltaria a ser coroado em 1482 governando até 1495, ano de sua morte. (Chancelaria régia / Castelo de São Jorge / Autoria: João II. 1455-1495, rei de Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Cota: AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 2º de D. João II, f. 10 e 10v CHR 24)

No outro lado do mundo, Colombo chega à região do Caribe em 1492, acreditando se tratar de alguma parte da China. Sua descoberta das Américas se deu na crença de que era possível chegar às Índias navegando rumo a Oeste (PISSURNO, 2016). Tal acontecimento mudaria as perspectivas coloniais de Portugal e Espanha.

Em 1494, os dois países assinam o tratado de Tordesilhas, dividindo o mundo em duas zonas de influência e ocupação: as terras a Oeste pertenceriam aos portugueses, e as terras a Leste aos espanhóis - tudo com a benção e intermediação do papa Alexandre VI em uma Europa ainda dominada pela Igreja Católica não confrontada pelo Protestantismo e seus questionamentos (BOWN, 2011).

Isso pôs um ainda não descoberto Brasil na metade portuguesa do mundo, além de **proteger a rota comercial africana de Portugal contra a concorrência europeia**. O mundo estava agora oficialmente dividido. Embora se tivesse acreditado inicialmente que Colombo descobrira a extremidade oriental da Ásia, logo ficou patente que o mundo era muito maior do que se supunha, e que o papa dera à Espanha e a Portugal muito mais território do que se poderia imaginar (BOWN, 2011, n.p., grifo nosso).

O primeiro contato com as terras moçambicanas ocorreu em 1498, feito por Vasco da Gama durante sua primeira viagem com destino a indiana Calicute. (HOSO, 1920). Em 1505 os portugueses tomam o porto de Sofala (VASCONCELOS, 2016), “[...] o ponto mais ao sul que os árabes chegaram” (HOSO, 1920b, p. 23, tradução livre). Outros dois fortes foram estabelecidos na costa leste africana: em Quinoa (1505), região que contava com forte presença de árabes, e em Mombaça, no mesmo ano (HOSO, 1920).

Com a elucidação da existência de terras mais a Oeste, portugueses e espanhóis começaram a mapear as extensões do novo continente objetivando saber quais terras pertenciam a cada país. Em 1500, a frota de Pedro Álvares Cabral, em um desvio intencional de sua rota com destino a Calicute, chega às terras americanas *de jure* portuguesas. “No ano seguinte, uma expedição exploratória foi enviada ao litoral brasileiro e o comércio do pau brasil foi contratado

com Fernão de Loronha², com a obrigação de implantar feitorias no litoral” (VASCONCELOS, 2016, p. 40).

Vasconcelos (2016) mostra que o domínio sobre alguns territórios indianos também se deu no início do século XVI, com presença em Cochim, onde se inicia a criação de um forte em 1503, a conquista de Goa em 1510 e Chaul seis anos depois. Bassaim é passada para o controle português. E já em 1559 é a vez da conquista de Damão.

Ainda na costa oriental africana Zanzibar, Pemba e Mafia, mais ao norte de Moçambique são conquistadas. Estas últimas eram importantes pois eram de fácil acesso a partir de Mombaça, permanecendo sob controle português até por volta do fim do século XVII. Havia também a presença de árabes nas referidas ilhas (HOSO, 1920).

O dossiê do Historical Office (1920, p. 8) ainda dá destaque aos conflitos entre os portugueses e os muçulmanos no Índico. “Nas lideranças desses conflitos [*contra os portugueses*] estava a Turquia [...], que dependia do controle nas velhas rotas comerciais a Leste para ter receita a fim de manter seus poderosos exércitos e marinha”. Isso explica o porquê algumas ilhas africanas no Índico sob posse lusitana seriam tomadas por muçulmanos tempos depois, além de outros conflitos no Oriente, conforme Vasconcelos (2016):

Em 1513 os portugueses atacaram Aden, na península arábica, mas sofreram derrota em Mamora, dois anos depois. Ormuz, na atual Pérsia, foi tomada em 1515, mas foi retomada pelos persas em 1622. Em paralelo, em 1505, ocuparam parte do litoral do Ceilão. Em 1511 submeteram a cidade de Malaca (na atual Malásia) e chegaram na ilha Ternate, nas Molucas (na atual Indonésia), já em áreas que seriam de Castela. Pelo tratado de Saragoça os portugueses tomaram posse das ilhas Molucas, em 1529. Porém em 1575 o sultão local recuperou a ilha Ternate (Boxer, 2014 *apud* VASCONCELOS, 2016, p. 41).

O Japão também não ficou de fora, sendo relações “[...] estabelecidas em 1543 e a feitoria de Nagasáqui foi fundada em 1571” (VASCONCELOS, 2016, p. 41), sendo expulsos em 1639 por autoridades locais - período em que o Japão se fecharia ao mundo exterior até o século XIX.

² Também referido como Fernando de Noronha.

Ainda conforme Vasconcelos (2016) citando Boxer (2014), Macau é cedida a Portugal pelas autoridades chinesas (1557), medida semelhante seria feito séculos depois com outras potências coloniais, como Hong Kong aos britânicos.

2.2 Desenvolvimento econômico e político dos países luso-africanos

As colônias africanas portuguesas compartilharam muita coisa em comum, até mesmo após a separação do jugo português em 1975. Todas as colônias luso-africanas tiveram um comércio e desenvolvimento atrelados ao escravagismo, em um primeiro momento, e produção de *commodities*, principalmente para atender os interesses metropolitanos portugueses, em um segundo momento.

A começar pela contextualização envolvendo todas as colônias luso-africanas no que se trata de comércio foi a escravidão, autorizada ainda no início do Império Ultramarino Português pelo Papa Nicolau V na bula papal *Dum Diversas* (1452), que autorizava o rei Afonso V a escravizar “[...] sarracenos e pagãos e outros incréus”. (BOWN, 2013, n.p.). A escravidão seria abolida de vez dos territórios portugueses apenas em 1879. Porém os nativos africanos continuariam a ser usados como mão-de-obra barata pelos colonos.

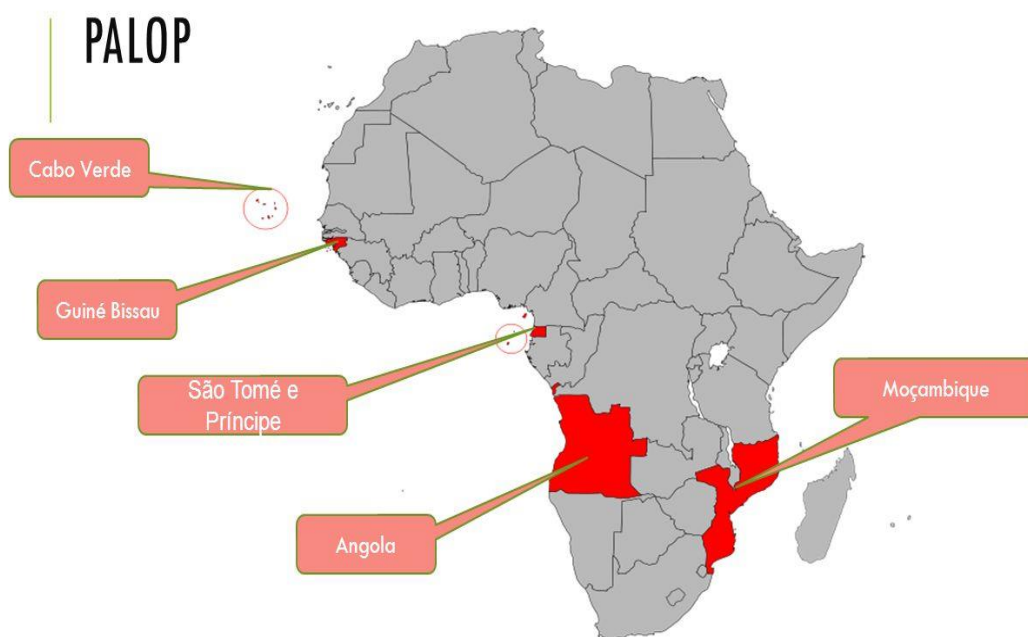
Mesmo sendo por muito tempo a única potência européia a ter uma vantagem na colonização e exploração dos territórios africanos (monopólio garantido pelo tratado de Tordesilhas), a presença se limitava, como será visto mais abaixo, às partes costeiras e insulares. A situação de adentramento no território africano se deu após a Conferência de Berlim, em 1885, no qual as velhas e novas potências coloniais deveriam garantir e explorar as áreas que reivindicavam como suas. Dessa necessidade, Portugal conseguiu garantir dois imensos territórios: Angola e Moçambique, enquanto as outras províncias ultramarinas eram ilhas e uma outra apenas um pequeno entrave no continente africano.

O processo de independência dessas colônias africanas se iniciou pela eclosão de guerras nos diferentes territórios, quase que simultaneamente - durante os anos 1960. O fim dos conflitos e a vitória por parte dos países luso-africanos seria alcançado em 1974 após a Revolução dos Cravos - um golpe militar que depôs Marcello Caetano, sucessor da ditadura salazarista. Todas as colônias africanas já eram independentes de fato em 1975.

Os novos países então adotariam medidas muito parecidas: monopartidarismo e um regime socialista (ou mais alinhado a esse modelo), também saindo dessa espécie de ideologia governamental quase que durante o mesmo período.

Atualmente esses países fazem parte da comunidade PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), objeto de estudo desta pesquisa, e da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). São eles:

Figura 1: Localização dos países africanos da CPLP



Fonte: ANDREICA e MANOLE (2015)

2.2.1 Angola

Para a ocupação das terras angolanas foi empregado o sistema de capitanias, em 1571 (GOUVÊA, sd). Esse tipo de sistema, conforme define Mattos, Innocentinni e Beneli (2012, p. 438).

[...] era baseado na concessão de grandes faixas de terra para um donatário, que passaria a ter total autonomia sobre aquele território

e receberia privilégios econômicos, devendo este única e exclusivamente iniciar e desenvolver centros populacionais.

A comercialização de escravos foi uma das principais atividades econômicas da colônia até o fim definitivo desse tipo de comércio. Durante esse período a força de trabalho dos locais era o que tinha especial atenção (HOSO, 1920b).

Os olhares voltam-se depois, então, para a produção de *commodities* naturais (ferro, diamante, petróleo, entre outros) e para a agricultura (café, açúcar, entre outros), além de continuar oferecendo uma mão-de-obra barata (SANTOS D, 2001). Era de interesse de Portugal que suas colônias fossem fornecedoras de matéria-prima, desde ao menos de 1892, e efetivada no Pacto Colonial em 1930

[...] que definia o princípio do comércio preferencial, reservando às colônias o papel de fornecedoras de matérias-primas e abrindo os seus mercados aos produtos da metrópole, e o condicionamento industrial, que vedava às colônias as indústrias que concorressem com as da metrópole. O resultado geral foi a inibição da industrialização em Angola, que só se tornaria possível com as alterações introduzidas na década de 60 [do século XX]. (VALÉRIO e FONTOURA, 1994, p. 1197).

Durante o período das décadas de 1960 e início dos anos 1970, Angola experimenta uma liberalização econômica, permitindo, pois, que estrangeiros e portugueses a investirem na colônia, conforme Santos D (2001). Valério e Fontoura (1994, p. 1202) citam ainda que essa liberalização oferecia vantagens econômicas a Portugal como poder continuar a “[...] encontrar nas colônias produtos agrícolas e matérias-primas a preços relativamente mais baixos e as colônias, por seu turno, a encontrar vantagens nas compras feitas à metrópole”, além da

[...] intenção na metrópole de, através de uma política de integração nacional, estimular o aparecimento de uma indústria que fosse «concorrencial e complementar» da sua, assim potencializando os efeitos positivos esperados da zona de comércio livre no espaço português e da participação na EFTA³. (VALÉRIO e FONTOURA, 1994, p. 1202).

Essa industrialização, de acordo com Santos D (2001) não era voltada ao desenvolvimento autocentrado do capitalismo colonial, mas sobretudo as

³ Portugal cria uma zona econômica em 1959, a EPP - Espaço Económico Português - após sua adesão ao EFTA - European Free Trade Association. (VALÉRIO e FONTOURA, 1994)

exigências “[...] internas e externas, políticas e econômicas, da sociedade central metropolitana” (TORRES, 1983 *apud* SANTOS D, 2001, p. 1118). É durante esse período liberal que a burguesia portuguesa procurará aumentar a produção e valorizar os produtos angolanos; em decorrência, setores extrativistas, da agricultura, da indústria de transformação, de serviços e financeiro crescem significativamente (SANTOS D, 2001).

Uma fase mais protecionista inicia-se a partir de 1971, que conforme explicam Valério e Fontoura (1994, p. 1206):

[...] esperava-se poder regular simultaneamente o problema dos défices externos de Angola e reconverter progressivamente uma economia essencialmente dependente da exportação de produtos primários (agrícolas e minerais), fortemente sujeitos às oscilações do mercado internacional, numa economia exportadora com base industrial.

Vale destacar que a guerra pela independência de Angola iniciou-se no ano de 1961, o que não impediu o sucesso da economia angolana, como já mencionado, e corroborado por Valério e Fontoura (1994, p.1203) ao afirmar que “Durante os anos 60, **a indústria transformadora registou um incremento considerável**, sustentada por um mercado interno dinâmico e em expansão **(engrossado pelas tropas e famílias deslocadas com a guerra ultramarina)**” (grifo nosso).

A exploração do petróleo, em 1973, torna-se uma grande fonte de renda para o país, mas que ao longo do tempo, começou a apresentar uma enorme variação dos preços dos barris, que acabou por desgastar ainda mais a situação econômica e social, já nos anos 1980 (SOGGE, 2009).

Angola tornar-se-ia independente em novembro de 1975, portanto, decorridos 14 anos de guerra colonial. Essa conquista levou a fuga de muitos colonos portugueses e, somado ao início da guerra civil⁴, a economia foi negativa e fortemente afetada, sendo necessário importar itens básicos. (SOGGE, 2009).

Medidas do governo mudam drasticamente os rumos econômicos: “[...] o capital português metropolitano e local foi objecto, na sua esmagadora maioria, da política de nacionalização e confisco [...]” (FERREIRA, 2002, p. 47). Ainda: o

⁴ A guerra civil terminaria apenas em 2002.

governo de Angola opta pelo modelo socialista, em 1977, com uma economia centralizada e planificada; o modelo seria abandonado em 1991, após o declínio da URSS (FERREIRA, 2002).

Sogge (2009, p. 8) aponta que “Em termos financeiros, Angola é um dos países mais globalizados do mundo”, situação essa que vem se ampliando desde 2002. A economia informal “[...] é responsável por grande parte do mercado de trabalho, gastos, poupança e investimentos” mesmo que em teoria o governo tente inibir a informalidade (SOGGE, 2009, p. 81).

O petróleo segue como principal fonte econômica do país, representando “[...] a maior fonte de receita pública (mais 70%), bem como 90% das exportações e cerca de 60% do PIB do país” conforme o site da Embaixada de Angola para Áustria, Croácia, Eslovênia e Eslováquia. Tamanha importância, o país entrou para a Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) em 2007.

Trazendo dados mais recentes do país, o Produto Interno Bruto (PIB) de 2017 foi de US\$126.506, enquanto o PIB *per capita* foi de US\$ 4.247. (AMA,2018). Os gastos públicos com educação são de 3,5% do PIB (HDR, 2019). A taxa de população maior de 15 anos alfabetizada era de 66% em 2014 (UIS.STAT, 2019)

Total de exportação e importação, em 2015 – dados mais recentes disponíveis – foi respectivamente US\$ 33.047 bilhões e US\$ 16.757 bilhões. (UNCD, 2019). Cerca de 261.000 turistas visitaram o país; número que vem caindo desde de 2013, quando recebeu a marca de 650.000 turistas. (WDI, 2018). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,581 (médio) (HDR, 2019). Pelo petróleo ter um grande peso e importância na economia, a produção de barris de petróleo por dia, em 2017, foi de 1.674. (ANP, 2019).

2.2.2 Cabo Verde

O território atual cabo-verdiano compreende 10 ilhas, sendo um ponto estratégico localizado entre a costa africana e a costa brasileira para abastecimento e ponto de comércio (HERNANDEZ, 2002). Seu sistema administrativo inicial também foi o de capitanias (MADEIRA, 2016).

No início a organização socioeconômica e administrativa de Cabo Verde estava atrelada ao comércio de escravos e a agropecuária, com os donatários tendo controle de diversos setores produtivo (MADEIRA, 2016) como o

[...] plantio, a comercialização de algodão e o fabrico de panos, o apanho e a comercialização de urzela, além de ter grande influência na área de criação de gado. [...] controlam o trato negreiro, elemento fundamental para a organização da vida econômica, política e social do arquipélago (HERNANDEZ, 2002, p. 35).

Hernandez (2002, p.56) destaca que a produção agrícola “[...] cabo-verdiana assenta-se na escravidão e produção para subsistência cuja organização do trabalho encontra-se bem próximo do regime servil”.

Houve uma grande presença de atividades de diversas companhias de comércio a partir de 1664 - criação de novas, extinção de outras e transferências de direitos comerciais - devido a problemas de receita relacionadas ao comércio de escravos (sonegação de impostos, comercialização ilegal) por parte de traficantes, além de ataques piratas a navios que iam para o arquipélago (HERNANDEZ, 2002). A importância dessas companhias foi tanto que em 1759 a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, às vezes referida por Companhia de Estanco do Maranhão, obtêm o controle governamental de Cabo Verde (VASCONCELOS, 2016), sendo essa “[...] por muitos responsabilizada por reduzir o arquipélago à miséria” (HERNANDEZ, 2002, p. 41).

Em sua tese, Oliveira (2013) cita Rocha (2008) sobre a situação do país enquanto possessão portuguesa

É do conhecimento geral que a economia de Cabo Verde, desde os tempos coloniais, era profundamente atrasada e desprovida de recursos, características essas que se mantiveram até a independência. Nesse período, a situação era de atraso, com fraca estrutura produtiva, um setor agrícola de subsistência e uma indústria praticamente inexistente, um cenário de tal forma desolador que se chegou a questionar a viabilidade econômica do país (ROCHA, 2008, *apud* OLIVEIRA, 2013, p. 26).

A luta pela independência eclodiu praticamente ao mesmo tempo com de outras colônias, entretanto, a libertação de Cabo Verde foi unificada com a de

Guiné-Bissau, porém a unidade seria desfeita mais tarde, deixando Cabo Verde sem uma extensão continental, de acordo com Madeira (2002).

Madeira (2002) afirma que após a independência a política externa optada pelo país foi de não-alinhamento, enquanto o Estado tinha o regime de partido único, de esquerda, e com um grande peso na economia. Situação essa que mudaria após o fim da Guerra Fria.

Esta abertura política teve como consequência a abertura económica em que o Estado deixa de ser o centro da economia, e a dimensão privada passa a ter outra visibilidade no contexto económico cabo-verdiano. Verifica-se uma preocupação maior com a vinculação da economia cabo-verdiana à economia mundial, onde o novo Governo aposta na continuidade de uma política externa da diplomacia económica, mas também numa perspectiva de maturidade numa conjuntura internacional totalmente diferente. No programa do Governo de 1991 a 1996 constata-se reajustes e alterações no que se refere às prioridades na política externa de Cabo Verde, pois verifica-se uma forte liberalização no sector económico e um enquadramento legal do investimento externo público/privado. (MADEIRA, 2016, p. 94)

Conforme análise de Brito (2013, p. 59) “[...] o setor primário, com realce para a agricultura, foi prevaiente nos primeiros cinco anos de independência [...]”, porém a importância desse setor perderia espaço devido a duas dinâmicas: da construção civil, e dos serviços, principalmente atividades aeroportuárias. O setor de serviços viria a se consolidar como o “setor mais dinâmico da economia, atingindo, nos últimos 5 anos o peso médio de 72% na estrutura do PIB cabo-verdiano” (BRITO, 2013, p. 59). Além disso, o turismo cresceu nos últimos três anos, contribuindo com cerca de 19,4% do PIB.

O PIB de Cabo Verde em 2017 foi de US\$ 1.773 bilhões (AMA, 2018). O PIB *per capita* foi de US\$ 3.245 (AMA, 2018). Gastos públicos com educação representam 5,4% do PIB (2016) (HDR, 2019), com uma população, com 15 anos ou mais, entorno de 86% alfabetizada em 2015 (UIS.STAT., 2019).

O total de exportações em 2018 foi de US\$ 75.542 milhões, e importação, US\$812.772 milhões (UNCD, 2019). No mesmo ano o número de turistas chegou a 668 mil pessoas, número em crescimento desde 2015 (WDI, 2018). O IDH do país é de 0.654 – médio. (HDR, 2019). A população tem uma expectativa de vida de 73 anos (HDR, 2019).

2.2.3 Guiné-Bissau

Conforme Baldé (2004), desde seu estabelecimento, Guiné-Bissau foi uma região administrada por Cabo Verde. “[...] até à descolonização eram os cabo-verdianos que formavam o grosso da administração pública colonial — daí dizer-se que a Guiné era uma colónia da colónia” (PÚBLICO, 2015, online). A união administrativa durou até 1879. A proximidade histórica e administrativa explicaria, mais tarde, um projeto de união binacional:

Ancorado no pressuposto histórico e consanguíneo, Amílcar Cabral idealizou o projecto da independência e união dos dois países, tendo o P.A.I.G.C, partido considerado luz e guia dos povos da Guiné e Cabo Verde, consumado o projecto da independência respectivamente em 1974 (Guiné-Bissau) e 1975 (Cabo Verde). Alcançada a independência os dois Estados soberanos empenharam-se na edificação da união, tarefa que desde o seu início se afigura coisa não muito fácil, tendo o seu epílogo na fatídica noite de 14 de Novembro, quando uma complexa insurreição militar encabeçada por João Bernardo Vieira, destituiu do poder Luís Cabral, tendo como consequência o desmantelamento do projecto da unidade Guiné e Cabo Verde. (FERNANDES, 2007, p. 11).

As atividades comerciais da Guiné, de acordo com Baldé (2004) eram principalmente a de escravos e de ouro. Sendo uma região que não houve uma grande fixação portuguesa para o interior, situação que mudaria após a Conferência de Berlim (1885) “[...] que obrigava as potências colonialistas a ocuparem os territórios que reclamavam como seus. Assim, Portugal é obrigado a penetrar no interior do território da Guiné-Bissau [...]” (BALDÉ, 2004, p. 45), mas também de outros territórios continentais.

Sangreman (2016) aponta uma política de incentivo à agricultura local, além de obrigarem a população local a

[...] cultivar produtos que fossem comercializáveis externamente por Portugal, diversificando a produção e criando uma dúzia de estações agrícolas experimentais, as granjas. Procuraram ainda controlar as queimadas e obrigar a uma plantação sistemática de árvores, como meio de aumentar a produção de madeira. (SANGREMAN, 2016, p. 8).

Durante o período de 1974 a 1987, os rumos econômicos foram focados na produção local de bens de consumo e implementação de unidades de

agroindústria, conforme Baldé (2004). Ainda cita alguns pontos econômicos do período:

.Política económica centralizada, em que o governo assumia o papel principal das decisões [...]; Intervenção do Estado abrange todos os sectores da actividade económica; [...]; Monopólio da comercialização, política de preços subvencionados, provocando a inoperabilidade dos circuitos de comercialização, baixa da produção e das receitas de exportação; [...]; Grandes investimentos de capital no Sector Industrial [...]; Crescente aumento da dívida externa [...] (BALDÉ, 2004, p. 54).

Já durante 1988 a 1998 há uma reforma económica apoiada por uma “[...] liberalização e democratização do sistema político” (BALDÉ, 2007, p. 57). Porém em 1998 estourou um conflito no país, que durou até 1999, com sérios prejuízos em infraestrutura, produção e exportação (SANGREMAN, 2016). Um novo governo que assume em 1999, Governo de Unidade Nacional - GUN -, “[...] centraliza a sua política económica e social na reconstrução de infra estruturas e parque habitacional e na retoma da ajuda internacional para manter a paz, promover a reconciliação nacional e estimular a retoma económica.” (SANGREMAN, 2016, p.19).

O PIB guinéu é US\$ 1.347 bilhão em 2017 (AMA, 2018), enquanto o *per capita* é de apenas US\$ 724 (AMA, 2018). Enquanto os gastos públicos com educação são de 2,1% do PIB (HDR, 2019), com uma taxa de alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais foi de 45,58% (2014, como único dado mais recente) (UIS.STAT, 2019).

Total de importação e exportação não foi localizado no banco de dados analisados. O número de turistas (2017) foi de 43.800. (WDI, 2018). O IDH é de nível baixo, com 0,455 em 2017. (HDR, 2019). Já a expectativa de vida é de 57,8 anos (HDR, 2019).

2.2.4 Guiné Equatorial

Os portugueses chegam a duas ilhas que hoje pertencem a jurisdição de Guiné Equatorial - Bioco (antes Fernando Pó), por volta de 1472; e Ano-Bom entre 1472 e 1475. (BRITANNICA, sd, online).

A ilha de Fernando Pó foi alvo inicial dos interesses portuguesas na região; porém, não conseguiu inserir o território no grande complexo do comércio escravo (CHIRA, 2018).

Foi transferida para mãos espanholas em 1778 após um acordo⁵ entre Espanha e Portugal. A cessão dava também aos espanhóis direito a exploração da “[...] costa entre os rios Ogoué e Niger” (BRITANNICA, sd, on-line, tradução livre), permitindo assim, que a Espanha tivesse sua própria fonte de mão-de-obra escrava.

Em 1827 a Espanha cede Fernando Pó aos britânicos para a criação de uma base para auxílio no combate ao tráfico escravista; por falta de ocupação espanhola na ilha, os britânicos também se ocuparam de sua administração (BRITANNICA, sd, online).

Em 1836 a Coroa espanhola retoma a posse de Fernando Pó, “Mas levaria mais vinte anos para começar a investir mais sustentadamente em assentamentos coloniais e mais de meio século antes desses investimentos renderem lucros aos cofres metropolitanos.” (CHIRA, 2018, on-line, tradução livre).

A Guiné conseguiu sua independência em 1968. No período pré-libertação, a colônias “[...] as exportações per capita eram as mais altas da África” (CHIRA, 2018, online, tradução livre). Tendo o cacau como uma grande importância econômica, visto que foi o quinto maior produtor do continente africano (CHIRA, 2018,).

Grandes reservas de petróleo foram descobertas em 1991, que permitiu que a Guiné Equatorial (CHIRA, 2018).

Apesar da língua espanhola ser a mais falada, em 2007 o país inseriu no hall de idiomas oficiais o francês, a fim de entrar na comunidade do Franco da Comunidade Francófona Africana (Franco CFA, união monetária usada por antigos países coloniais da França). Em 2009, o português também foi incluído, inserindo o país na CPLP e nos PALOP.

O PIB guinéu-equatorial foi de US\$ 12.478 bilhões em 2017, número em queda desde 2014, quando o valor foi de US\$ 21.737 bilhões (AMA, 2018). O PIB *per capita* também caiu durante o mesmo período: em 2014 o índice era de

⁵ O Tratado de El Pardo (1778). Em troca dos territórios africanos na costa guinéu-equatoriana, Portugal ganhava territórios no sul do atual Brasil (BRITANNICA)

US\$19.246 para US\$9.850 em 2017 (AMA, 2018). Porém a taxa de população com mais de 15 anos alfabetizada em 2014 foi de 95% (UIS.STAT, 2019).

O valor do PIB gasto com educação, número de turistas, valores de importação e exportação não foram localizados nos bancos de dados analisados. O IDH é de nível médio (0,591) (HDR, 2019) com esperança de vida de 57,9 anos (HDR, 2019).

2.2.5 Moçambique

A colonização da parte oriental africana se deu ao expansionismo português rumo às Índias. Sendo um principal ponto para assegurar os interesses no Índico, tanto que durante um bom tempo as colônias orientais portuguesas tiveram mais atenção que as atlânticas (HOSO, 1920c).

O comércio de Moçambique sempre mereceu atenção e foi preocupação da Coroa Portuguesa. Primeiro porque dele dependia a prosperidade do Estado da Índia; segundo, porque a posição estratégica de Moçambique torná-la-ia centro de articulação do comércio português do Índico Afro-Asiático (SANTOS, CM, sd, p. 2).

Cabaço (2007) citando Capela, destaca que a parte oriental africana teve outra prioridade: o comércio de escravos tinha mais atenção às colônias africanas do Atlântico: “Uma vez dobrado o Cabo da Boa Esperança o objectivo passou a ser a Índia. Foi o ouro, e não escravos, que levou os descobridores a explorarem o vale do Zambeze” (CAPELA, 2002, p. 29 *apud* CABAÇO, 2007, p. 62).

É possível destacar três ciclos econômicos de Moçambique durante sua fase colonial. Sendo o primeiro o do ouro, durante o século XVI, em que o interesse português se concentrava em seu comércio e produção. Em seguida veio o grande interesse pelo marfim. O de escravos, no terceiro ciclo, começa a partir da segunda metade do século XVIII (SANTOS CM, sd).

Até a Conferência de Berlim (1885), as fronteiras moçambicanas não eram muito bem definidas, e seus limites eram traçados pela presença de algum tipo de representatividade colonial (como tropas ou missões). Após estabelecidas as partilhas da África e a necessidade de se haver e de se estabelecer uma maior presença nos territórios delimitados e de interesse. Portugal ainda almejava que

Angola e Moçambique formassem um território contínuo - que ligasse o Atlântico e o Índico, cortando a África austral, conhecido como Mapa Cor-de-Rosa.

O “casus belli”⁶ que deu aos britânicos o pretexto para se oporem frontalmente à doutrina do Mapa Cor-de-Rosa seria criado pelos próprios portugueses quando, em fins de 1889, iniciaram uma campanha militar para o interior contra o povo mokololo, que os ingleses anunciaram como estando sob sua proteção. A 11 de janeiro de 1890, Sua Majestade Britânica apresentou o Ultimatum intimando o governo português, sob a ameaça de uma retaliação militar, a ordenar a imediata retirada das suas tropas (CABAÇO, 2007, p. 79).

Portugal, por fim, cede às pressões inglesas. Em acordo, os dois países negociaram que Portugal deveria construir infraestruturas capazes de escoar produtos das colônias britânicas da África do Sul e Rodésia (atual Zimbábue) pelos portos moçambicanos. Porém, devido à falta de recursos, foi necessário permitir a entrada de capital internacional (CABAÇO, 2007).

Mosca (1996) mostra que a economia moçambicana durante seu período colonial apresentava tais características, no início dos anos 1970

- o escasso desenvolvimento capitalista e a debilidade em infraestruturas como consequência da colonização tardia e da pequena capacidade da economia portuguesa;
- a dupla subordinação e dependência: a colonial e a regional. - a relativa integração da economia e das sociedades locais na economia capitalista e no mercado e a permanência de muitas das suas características e valores “tradicionais”;
- a existência de uma economia e de uma sociedade onde o principal elemento diferenciador era a posição relativa ao regime colonial. Este dualismo económico e social possuía uma crescente funcionalidade no contexto da lógica de reprodução do colonialismo;
- baixos rendimentos familiares e pequena acessibilidade aos serviços públicos concentrados nos centros urbanos; - baixo desenvolvimento cultural (em termos de formação formal) da maioria da população. (MOSCA, 1996, p.15)

Ainda conforme Mosca (1996), a indústria, durante os anos 1970 da pré-independência era totalmente dependente de importação e cerca de 60% da produção era destinada à exportação. “O emprego assalariado distribuía-se da

⁶ *Casus belli* é uma expressão latina usada na diplomacia para referir-se a uma justificativa de guerra. Por exemplo, em uma situação de anormalidade, ou violência, um Estado pode ocupar uma região ou declarar guerra a fim de proteger seus nacionais que moram em outro Estado.

seguinte forma pelos sectores económicos: agricultura 20%, indústria 13%, serviços 43% e trabalho migratório 24%” (MOSCA, 1996, p. 15).

Inlia (2016), citando Newit (2012), destaca que após a independência houve uma grande fuga de “[...] colonos brancos, trabalhadores especializados, e profissionais negros e indianos” (INLIA, 2016, p.7). O novo governo - da Frelimo - ,através de um decreto, conseguiu intervir e colocar sob a tutela estatal propriedades abandonadas por esses expatriados, também foi início da nacionalização de empresas no país. “Em breve, o estado controlava um enorme setor da economia, que ia desde as principais plantações e fábricas, até aos armazéns de aldeia e postos de venda a retalho” (NEWITT, 2012 *apud* INLIA, 2016, p.8). Como resultado, foi possível deter “[...] a queda nos níveis de produção e com isso, o aumento da exportação em 83%” (INLIA, 2016, p.8). O partido ainda voltou também para um regime socialista, de partido único, e uma economia planificada. Todavia, por circunstâncias internacionais e nacionais, além de uma guerra civil que perdurou por 16 anos, fez com que o plano socialista fosse posto de lado e optou-se por um modelo capitalista a partir de 1987, de acordo com informações fornecidas pelo site do Governo moçambicano (sem data).

O potencial económico do País para a atracção de investimentos na agro-indústria, agricultura, turismo, pesca e mineração é enorme. Projectos como o da Mozal, Barragem de Cahora Bassa, Corredores Ferro-Portuários e Complexos Turísticos ao longo de todo o País têm contribuído significativamente para colocar Moçambique na rota dos grandes investimentos regional e internacional. (GOVERNO DE MOÇAMBIQUE, sd).

O Produto Interno Bruto moçambicano foi diminuído em relação ao de 2014 (US\$16.961 bilhões), já em 2017 o valor foi de US\$12.652 bilhões (que cresceu em comparação ao de 2015). O PIB *per capita* míseros US\$ 426 (HDR, 2018). O gasto com educação soma 6,5% do PIB (HDR, 2018). A população com mais de 15 anos alfabetizada é 56% alfabetizada (UIS.STAT, 2019) em 2015.

Importação e exportação, respectivamente, em 2018, foram cerca de US\$ 6.785 trilhões e US\$ 5.195 trilhões (UNCD, 2019). O número de turistas está em queda, com um 1.447 milhão de pessoas em 2017 (WDI, 2018). O IDH é baixo, com 0,437 (2017) (HDR, 2019). A esperança de vida é de 58,9 anos (HDR, 2019).

2.2.6 São Tomé e Príncipe

Trata-se de outro país insular, formado por duas ilhas que dão nome ao Estado. Foi descoberto no século XV, também sendo inabitada até a chegada dos primeiros degredados portugueses, em 1492. As primeiras atividades econômicas do território foram o cultivo da cana-de-açúcar e entreposto comercial do tráfico de escravos (EYZAGUIRRE, 1989). Mais tarde haveria também o cultivo de outros produtos - banana, arroz, mandioca, algodão, entre outros (BRILHANTE, 2009).

O país sofreu diversos confrontos entre as elites locais e os funcionários régios. Houve, inclusive, revoltas escravas, sendo a “[..] *primeira revolta escrava de grande monte no ultramar*”, cujos desdobramentos “[...] desperta[ra]m no colonato um pânico similar àquele gerado dois séculos mais tarde pela Revolução do Haiti (1791).” (ALENCASTRO, 2000, p.66 *apud* BRILHANTE, 2009, p. 74) .

A região ainda seria dominada pelos holandeses e, após a retomada das ilhas, continuariam a se tornar alvo de ações de corsários, o que ocasionou um declínio na importância e no interesse do arquipélago para Portugal. Ainda as pressões para o fim do tráfico de escravos causariam danos à colônia, até mesmo com ataques a navios negreiros por parte dos ingleses. O cenário era dificultoso também devido ao isolamento das ilhas (BRILHANTE, 2009).

A proibição do tráfico estabelecida em 1815 selaria a decadência completa da ilha. Muitos agentes régios e moradores deixaram a capitania e partiram, principalmente, para o Brasil. O governador Luís Joaquim Lisboa morreu na ilha do Príncipe enquanto esperava a chegada de seu sucessor. O interesse por São Tomé e Príncipe apenas seria restabelecido com a produção sistemática de cacau, cujo auge datará do século XX. (BRILHANTE, 2009, p. 93).

A importância do cacau foi tanta que entre 1890 e 1918 o arquipélago tornar-se-ia o maior fornecedor do produto no mundo (EYZAGUIRRE, 1989).

De acordo com o autor, foi durante o ano 1960 que surgiram movimentos nacionalistas de libertação, também conseguindo sua independência em 1975.

O Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) assumiu o governo também adotando uma ideologia socialista e um sistema monopartidário (NASCIMENTO, 2017). O novo governo nacionalizou as roças⁷ que foram

⁷ Conforme Eyzaguirre (1989), eram locais - fazendas - onde eram cultivados cacau e café, muito comum no arquipélago.

abandonadas pelos colonos portugueses, já em 1975, (EYZAGUIRRE, 1989) além da criação de grandes empresas agrícolas estatais (CARDOSO, 2015).

Em 1975, a diversificação económica, mormente na agricultura, foi recusada em prol da politicamente emblemática nacionalização das roças. Acreditava-se na maior produtividade resultante da planificação económica, na verdade, da intensificação do esforço braçal na cultura cacaueteira. Mas a preterição da diversificação económica também advinha do fito de circunscrever a mobilidade social assente na actividade económica independente. O desígnio centralizador da economia requeria braços para a agricultura de exportação, preferencialmente os dos ex-serviçais e seus descendentes. Relegada para segundo plano, a agricultura de subsistência só foi incentivada depois da seca e da fome de 1983-1984 (Seibert, 2001, p. 175). Também noutros domínios, a prestação empresarial do Estado se revelou desastrosa. (NASCIMENTO, 2017, p. 74).

Nos anos 1990, conforme Nascimento (2017), há uma reforma política no qual se permite o multipartidarismo, além de mudanças económicas neo-liberais que ajudaram a aumentar o nível de pobreza da população.

As principais atividades económicas de São Tomé e Príncipe são a exploração do petróleo (NASCIMENTO, 2017) e do Turismo (CARDOSO, 2015)

O PIB é de US\$ 393 milhões (AMA, 2018). O *per capita* é de US\$ 1.921 (AMA, 2018). 3,7% do PIB se refere ao gasto público com educação, número que já foi maior em 2010 (9,7%), em queda desde então. (HDR, 2019). A taxa de população com mais de 15 anos alfabetizada é 90% (UIS.STAT., 2019).

O valor das exportações foi de US\$ aproximadamente, em 2017) US\$ 10.562 milhões e de importações, US\$ 147.049 milhões (UNCD, 2019). O número de turistas em 2016 foi de 29.000 (WDI, 2018). O Índice de Desenvolvimento Humano é 0,589 (médio) (HDR, 2019), com uma expectativa de vida ao nascer de 66,8 anos (HDR, 2019).

3 CPLP: Uma evolução do domínio colonial a um sistema de cooperação

Uma das consequências da Segunda Guerra Mundial foi o enfraquecimento das antigas potências coloniais e o florescimento de movimentos independentistas nas colônias afro-asiáticas nos anos e décadas posteriores.

O novo jogo geopolítico pressionava pelo fim da colonização: as superpotências surgidas do esfacelamento econômico e militar da Europa pós-1945 – Estados Unidos e União Soviética – se interessavam por novas zonas de influências, portanto era necessário que essas colônias estivessem fora das mãos de suas respectivas metrópoles. A Assembleia Geral da Nações Unidas, de 14 de dezembro de 1960, na intitulada “Declaração sobre a concessão de independência aos países e povos coloniais” diz em seu artigo 2 que “Todos os povos têm o direito à autodeterminação; em virtude deste direito, podem determinar livremente o seu estatuto político e prosseguir livremente o seu desenvolvimento económico, social e cultural;” e que, no 3º artigo, “A falta de preparação no domínio político, social ou educativo não deve jamais servir de pretexto para atrasar a independência;”.

Porém as novas relações do mundo cada vez mais globalizado tenderia a aproximar novamente as ex-colônias e seus antigos dominadores, de alguma forma. No caso português e seus antigos domínios, uma das ferramentas de aproximação foi a criação da CPLP, em 1996.

3.1 As amarras colonialistas

Apesar da luta anticolonial, Portugal usava-se de justificativa moral e histórica de um suposto direito português à colonização, sendo esse discurso algo anterior à Segunda Guerra. Podemos ver isso com a aprovação do dito Acto Colonial, de 1930, uma lei constitucional responsável por questões dos territórios portugueses além-mar:

É a essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações que neles se compreendam, exercendo também a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente (ACTO COLONIAL, 1930, p. 35., grifo nosso).

O Acto nomeava esses territórios como propriamente “colônias”. “Os domínios ultramarinos de Portugal **denominam-se colónias** e constituem o Império Colonial Português” (ACTO COLONIAL, 1930, art. 3º, p.35, grifo nosso).

A partir de 1951, com mudanças na Constituição portuguesa de 1933 (Lei nº 2048, de 11 de junho de 1951). O Acto Colonial foi integrado à Constituição e a designação dos territórios ultramarinos passou a ser “províncias”, conforme expresso no Artigo 134º **“Os territórios ultramarinos de Portugal** indicados nos n. 2º a 5º do artigo 1º **denominam-se genericamente «províncias»** e têm organização político-administrativa adequada à situação geográfica às condições do meio social” (CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA, 1951, n.p. grifo nosso).

“Mudava-se a terminologia, mas as práticas e as realidades permaneciam intocadas” (PINTO, 2009, p.147). Utiliza-se o jogo semântico e histórico para embasar o direito a uma colonização e de mantê-las.

[...] buscava-se na ONU o consenso de um Portugal com colônias, mas que não se percebia mais como colonialista – daí as alterações constitucionais. Em segundo lugar, o consenso sobre o sentido dessa realidade histórica, isto é, buscava-se uma arquitetura teórica que justificasse a tradição do colonialismo lusitano ao longo do tempo, como uma estrutura histórica diferenciada daquela ocorrida em outros países colonialistas (PINTO, 2009, p. 147).

Essa “arquitetura teórica” encontrado pelo regime salazarista foi o luso-tropicalismo, elaborado pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre.

3.2 Lusofonia: uma comunidade

A Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP) foi criada em 1996, contando à época com sete países - Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe (CPLP, sd). Hoje são oito os estados-membros depois da adesão de Guiné-Equatorial nos anos 2010.

Os sete Estados se aproximam desde sua formação enquanto colônias até após suas independências. E um dos fatores que fazem com que esses países sigam especialmente interessados um pelos outros está na língua comum que partilham, ao menos enquanto uma oficialidade constitucional do Estado.

Em seu artigo, Brito e Martins (2004) abordam a questão identitária a partir da língua portuguesa: “[...] posto que a língua, reconhecida como um processo histórico, é uma das dimensões da pertença identitária.” (ORIO, 1985 *apud* BRITO e MARTINS, 2004, p.70), ainda completa que a “[...] identidade se dá como produto e/ou como uma expressão assumida pelos sujeitos” (BRITO e MARTINS, 2004 p. 71).

Vitório (2003) cita algum dos antecedentes da criação da Comunidade. Além do referido **i)** passado colonial, **ii)** a Comunidade Luso-Brasileira, criada por Dom João VII, reunindo Portugal e suas colônias junto com o Brasil recém-independente. **iii)** A assinatura do tratado de Amizade e Consulta entre Brasil e Portugal (1953). **iv)** Intercâmbio científico de brasileiros nas colônias portuguesas.

Há outros fatores que culminaram na formação da CPLP. Nas palavras de Alves (1995), as inúmeras sociedades desenvolvidas a partir da cultura lusitana guardariam ainda um certo grau de parentesco e afinidade, mesmo que elas tenham se desenvolvido adquirindo inúmeras diferenças. Esclarece, então, que “A ideia de uma Comunidade dos Países de Língua Portuguesa nasce, assim, da percepção desses elementos de união, entre os quais avulta, naturalmente, o suporte do idioma comum.” (ALVES, 1995, p. 81).

Baptista (2008, p. 13) sintetiza o pensamento de Yuri Lotman ao dizer que para a teoria lotmaniana “[...] os textos culturais [...] são sempre plurivocálicos e políglotas.” Esse pensamento concorda com Alves (1995) ao afirmar que apesar de terem um parentesco, são diferentes até certo ponto.

Trata-se, assim, de reconhecer, partindo desse modelo, que as diversas que compõe o espaço da Lusofonia são realidades de sentido diverso entre si e mesmo no seu seio e para si próprias radicalmente não uniformes. Ainda que utilizem uma mesma língua oficial (como realidade concreta ou apenas simbólica), elas são sempre culturalmente ‘políglotas’.

[...]

Sublinhe-se ainda que a característica políglota da cultura constitui um dos aspectos fundamentais da teoria de Lotman até porque

permite compreender o modo como se cria e desenvolve a memória cultural, dimensão decisiva na análise da comunicação intercultural no âmbito da Lusofonia, uma vez que um dos aspectos mais relevantes neste processo comunicativo específico é exatamente a memória cultural que nos é comum, culturas ex-colonizadoras e ex-colonizadas. (BAPTISTA, 2008, p. 13).

Assim, corroborando com essa visão, para Vitório (2003) foi justamente a língua em comum que motivou a criação da CPLP, e não outros fatores, como a cultura. No escopo diplomático, a criação da Comunidade “[...] foi acordada em áreas básicas de atuação: concerto político-diplomático, cooperação econômica, social, cultural, jurídica e técnico-científica, além da promoção e difusão da língua portuguesa” (VITÓRIO, 2003, p. 16).

3.3 Os PALOP: uma relação anterior à CPLP

Dentro da CPLP encontramos um outro grupo, formado a partir de ligações linguísticas, mas também por questões de luta e de proximidade geográfica.

Os Países de Língua Oficial Portuguesa, dito PALOP, têm suas raízes na Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), fundada em 1961, que

[...] foi um organismo de coordenação internacional entre determinados movimentos nacionalistas das então colónias portuguesas, tendo substituído uma frente pré-existente, a Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional (FRAIN). A CONCP assentava em organizações nacionais e visava coordenar a acção política de um conjunto de movimentos nacionalistas africanos e goeses na luta contra o colonialismo português. Como tal, a CONCP englobou o PAIGC, em representação da Guiné e Cabo Verde, o MPLA, por Angola, a UDENAMO, mais tarde substituída pela FRELIMO, por Moçambique, o MLSTP, por São Tomé e Príncipe. Inicialmente contou também com uma significativa delegação de nacionalistas indianos de Goa (BNP, 2016, online).

Após conseguir a independência, como continuidade da CONCP, os países africanos criaram o PALOP em 1979, “[...] a primeira organização intergovernamental de Língua Portuguesa [...]” (AGORA, 2015, online).

Em 2007 o país asiático lusófono Timor-Leste aderiu ao grupo, sendo agora chamado de PALOP-TL (AGORA, 2015). Ainda o portal Agora (2015) traz dados do grupo:

[...] número da população – com São Tomé e Príncipe sendo o menor (197.900) e Moçambique (26.4 milhões) o maior (Banco Mundial 2014). Três do grupo (Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste) são Estados insulares, um deles (Timor Leste) se encontra no Sudeste da Ásia, os outros no continente africano. Se olharmos para o Índice de Desenvolvimento Humano da PNUD (2014) vemos que Cabo Verde figura melhor no ranking (123), seguido por Timor-Leste (128), Tomé e Príncipe (142), Angola (149), Guiné-Bissau (177) e Moçambique (178). É interessante ver como os PALOP-TL encontraram um caminho para a cooperação e para a troca de conhecimentos com tantas similaridades e diferenças ao mesmo tempo. Hoje em dia os PALOP e Timor-Leste trabalham juntos em várias áreas, como cultura, educação, transportes, economia e política (AGORA, 2015, online).

Essa aproximação seria, inclusive, de uma grande vantagem para a diplomacia brasileira, que procuraria se aproximar de ao menos dois grandes países do grupo – Angola e Moçambique – deste o primeiro momento de independência.

3.4 A relação dos países luso-africanos com o Brasil

O posicionamento brasileiro perante os países luso-africanos, ainda sob domínio português, foi ambíguo, visto que o Tratado de Amizade e Consulta, assinado por Portugal e Brasil em 1953, colocava o Brasil em defesa das pretensões portuguesas em relação aos seus territórios ultramarinos e sua manutenção. Ao mesmo tempo, havia o claro interesse brasileiro de se aproximar dessas colônias (RIZZI, 2016). Portanto, “[...] por este acordo ambos concordavam em realizar consultas prévias recíprocas sobre temas internacionais de interesse comum.” (PINHEIRO, 2007, p. 86).

Esse interesse em se aproximar das colônias pode ser esclarecido pelo jogo diplomático que o Brasil tem desde os anos 1960 de manter “[...] estreitos vínculos com os países em desenvolvimento” (MIYAMOTO, 2009, p. 27), que pode ser explicado por alguns fatores:

Em primeiro lugar, pelo fato de se encontrar no mesmo, ou próximo, estágio de desenvolvimento da maior parte dos países do mundo [...]. Em segundo lugar, sua própria localização geográfica no continente sul-americano, onde as condições sócio-econômicas sempre estiveram muito aquém das encontradas na Europa e nos Estados Unidos. Em terceiro lugar, pelas afinidades, por exemplo, com as próprias nações africanas em virtude do processo de formação da sociedade brasileira, com um contingente apreciável de habitantes oriundo daquele continente. Em quarto lugar, pelas reivindicações que o país sempre fez no contexto internacional denunciando as desigualdades existentes entre os ricos e subdesenvolvidos, como era o seu caso. Por último, o fato de considerar-se, desde a década de 1920, como país médio, distanciado das grandes potências, mas com pretensões de ser uma, portanto, tendo necessidade de se afiliar a grupos – ainda que informalmente – procurando redistribuir o poder mundial, sendo com isso beneficiado. (MIYAMOTO, 2009, p. 27).

Assim, a diplomacia brasileira começou a se movimentar com o propósito de “[...] propor a criação da representação especial perante os governos de transição.” (PINHEIRO, 2007, p. 39), que em caso de sucesso

[...] o Brasil seria o primeiro país a estabelecer uma representação diplomática junto aos futuros Estados independentes. E, ao fazê-lo, executaria um gesto simbólico em direção à África, demonstrando a determinação do país em redimir-se do passado. (PINHEIRO, 2007, p. 39).

Durante a década de 1970, debateu-se se o Brasil deveria priorizar os países do continente africano, visto que esses países não teriam recursos para “[...] pagar o que para lá se exportasse, não tinham nada, ou muito pouco para oferecer em troca, além de serem competitivos na mesma faixa dos produtos nacionais” (MIYAMOTO, 2009, p. 30).

Mesmo que a ditadura brasileira tivesse um forte viés anticomunista, os partidos de esquerda que assumiram o poder das ex-colônias lusas não foi um impedimento para que o Brasil se recusasse a uma aproximação ou reconhecimento de suas independências “[...] Brasil reconheceria a independência dos países não importava quem estivesse à sua frente, desta forma recusando-se a comprometer-se com quem quer que fosse.” (PINHEIRO,

2015, p. 95). O Brasil esperava que assim, com uma boa relação cultivada, pudesse ter uma influência sobre esses países (PINHEIRO, 2015).

Do outro lado, houve um certo distanciamento perante o interesse brasileiro no estabelecimento de relações diplomáticas. Conforme Pinheiro (2009), houve uma falta de entusiasmo por parte de Moçambique para com o novo posicionamento geopolítico anticolonial brasileiro. Já para Angola, Pinheiro (2009) diz ser irrecusável a oferta brasileira de estabelecimento de relações. Assim, Moçambique estabeleceu relacionamento com o Brasil em 6 de novembro (cinco meses após o reconhecimento brasileiro de sua independência) enquanto Angola o fez em apenas 5 dias (PINHEIRO, 2015).

Já após o fim da Ditadura, no período de 1990 a 2002, o Brasil voltou suas atenções para

[...] países do Norte e para a integração regional, baseado no MERCOSUL. O continente africano ficou em segundo plano na formulação e implantação da política externa, fato que se comprova pelos poucos contatos políticos e baixo nível de comércio bilateral (RIZZI, 2016, p. 153).

Rizzi (2016) ainda destaca uma mudança nas relações com os PALOP, que sofreu com a diminuição de “[...] projetos, orçamentos e recursos humanos envolvidos” (RIZZI, 2016, p. 154).

Mas foi durante esse período de esfriamento das relações que a CPLP foi criada, exatamente em 1996.

A CPLP nasceu da convergência das relações histórico-sociais em torno da manutenção de uma língua comum, tendo o Atlântico Sul como eixo facilitador. Em julho de 1996, a criação da CPLP converteu esses aspectos em torno de uma concertação política e cultural entre seus membros, cuja base passou a ser a cooperação (RIZZI, 2016, p.160).

A relação mudaria a partir de 2003, quando Lula assume a Presidência, continuando com Dilma Rousseff – até 2016.

A cooperação Sul-Sul se consolidou como instrumento de projeção de influência política brasileira: de 2003 aos dias atuais, ocorreu uma evolução das pautas bilaterais, com o aprofundamento das ações em torno do desenvolvimento, mesclando políticas externas

e de defesa articuladas, porém mantendo a ação cooperativa como elemento vitalizador. (RIZZI, 2016, p.156)

Miyamoto (2009, p. 40) ressalva que os interesses brasileiros perante à CPLP não se restringe a uma proximidade cultural e linguística, “[...] mas por interesses dirigidos aos países que representam fontes consideráveis de recursos, e grandes mercados como Angola, Nigéria e África do Sul, entre os mais importantes.”, completa ainda: “[...] pelo fato de seus membros pertencerem a várias organizações internacionais, o Brasil poderia a partir daí ampliar seu espaço de atuação, obtendo, portanto, resultados indiretos.” (MIYAMOTO, 2009, p. 40)

4 Além-fronteiras

“[...] a relação entre história e jornalismo internacional é uma relação ainda constante, necessária, fundamental, quase osmótica”

- João Batista Natali

Até a invenção da internet e da comunicação entre grandes distâncias se tornar cada vez mais instantânea, a área internacional do Jornalismo era praticamente a única forma da população saber o que estava acontecendo em outras partes do mundo.

O que os cadernos internacionais pautavam ou deixavam de lado, e até mesmo como eram produzidas as matérias, afetavam o modo de se enxergar a realidade exterior. Toda essa problemática tem inúmeros fatores: ideologia do veículo de comunicação, disponibilidade de jornalistas e recursos para se realizar uma cobertura em outro território nacional, questões de segurança, entre outras. O resultado encontrado pelo mercado de notícias foi a criação de agências de notícias. Sua principal vantagem era oferecer materiais jornalísticos, principalmente cobertura de conflitos, para os mais diversos jornais.

Esse mutualismo entre agências e jornais mostrou-se vantajoso já que os veículos de notícias não precisavam desembolsar uma grande quantidade de dinheiro, e até mesmo arriscar a vida de seus profissionais, para conseguir materiais para publicar em suas páginas.

4.1 Uma breve introdução à História do Jornalismo

Pode-se dizer que o Jornalismo é tão antigo quanto a própria história do *homo sapiens*. Isto é, a humanidade teve desde sempre um meio de registrar e transmitir informação, para os mais diversos fins.

Sousa (2008) apresenta a seguinte definição para essa área:

Na sua essência, o jornalismo é uma representação discursiva de factos e ideias da vida do homem, construída para se contar ou mostrar a outrem. Por outras palavras, o jornalismo é uma

representação discursiva da vida humana na sua diversidade de vivências e ideias (SOUSA, 2008, p. 5).

Assim sendo, a parte jornalística voltada para assuntos estrangeiros também se encontra atrelada ao surgimento do Jornalismo, em especial em uma fase em que a economia global começava a se formar.

Atribui-se a *Acta Diurna* como sendo o primeiro jornal, criado durante o período republicano romano. Era feito em blocos de pedra e vinculados em locais públicos informando dos acontecimentos envolvendo a nação. Foi idealizado pelo então general romano e futuro ditador perpétuo Júlio César (PRMUSEUM, 2015).

No século XVI, Gutenberg aperfeiçoou uma invenção chinesa: os tipos móveis. O invento permitiu a impressão de livros em grande escala de maneira rápida, fazendo então da escrita algo mais democrático. (PERLES, sd).

A invenção de Gutenberg foi, assim, uma resposta engenhosa às necessidades de assegurar às pessoas, que crescentemente usavam e admiravam o documento escrito, uma maneira de transmitir mensagens escritas fielmente, à distância, para um elevado número de indivíduos e a baixo custo. (SOUSA, 2008, p. 69)

“Logo depois, jornais e gazetas começaram a inundar as ruas, começando a manter o público informado sobre os eventos que aconteciam ao seu redor” (OSJ, sd, online, tradução livre,) Enquanto a área teria um grande crescimento nos anos 1600 (OSJ, sd.). A invenção de Gutenberg perdurou até o século XIX, quando foi substituída por uma invenção mais eficiente de impressão: a rotativa (SOUSA, 2008).

No século XVII, as transformações que ocorriam na sociedade europeia deram ao Jornalismo uma chance de crescer: havia o que informar e havia quem queria se informar, tanto que é nesse período que surgem as *gazetas*, que continham informações mais atuais - antes, as notícias se limitavam a serem escritas nos “Livros noticiosos⁸” (SOUSA, 2008). Porém, durante esse período,

⁸ “Podemos considerar esses livros como uma espécie de dos anuários noticiosos, com ambições simultaneamente historiográficas e jornalísticas, numa época em que as fronteiras entre jornalismo e historiografia não estavam definidas.” (SOUSA, 2008, p. 73)

especificamente entre o século XVI e XVII, as *gazetas*, jornais e outros produtos jornalísticos não possuíam um grande impacto social (FORTES, 2009).

As mudanças que aconteceram durante o Iluminismo - século XVIII - também ajudariam a dar um novo fôlego ao Jornalismo. Era um período de mudanças constantes que se fazia necessário manter a população informada (SOUSA, 2008), foi durante esse século que os produtos jornalísticos ganharam um peso maior no social, principalmente na política (FORTES, 2009).

Partindo para o século XIX, com a consolidação do Capitalismo liberal, o surgimento de um novo modelo colonialista, com novas potências e fortes atividades imperialistas, a imprensa experimentaria novos caminhos, nos seguintes moldes, conforme destaca Sousa (2008):

- i) crescimento de jornais em volumes, com notícias diversas em um período que também apresentava grandes mudanças
- ii) que acabam por gerar uma grande quantidade de informações que podiam ser noticiadas;
- iii) devido ao item “i”, além de ganhos vindos de propagandas anunciadas nos jornais, foi possível um acúmulo de riquezas que permitiu a essas empresas jornalísticas contratarem o que chamamos de agências de notícias, a fim de adquirirem notícias de regiões que não eram capazes de cobrir;
- iv) o surgimento de tecnologias que encurtaram o “espaço-tempo” (trem e o telégrafo, por exemplo) foi essencial para que a notícia fosse recolhida e transmitida mais facilmente, também no que se refere a grandes distâncias;
- v) métodos mais eficientes de impressão permitiram que os jornais e revistas fossem mais apelativos, como a possibilidade de se ter fotografias em suas páginas;
- vi) a incorporação do Jornalismo ao sistema capitalista permitiu que surgissem diversos tipos de veículos noticiosos - desde especializados, a também publicações diversas (jornais, revistas ilustradas, etc).

Nas palavras de Vale (2009, p. 40) “Pode-se, então, afirmar que o jornalismo popular de massa é um filho das inovações técnicas produzidas a partir da Revolução Industrial, mas também das condições socioculturais que nasceram junto com ela.”

Mostra-se então o século XIX como um marco importante para o campo das notícias e desenvolvimento do Jornalismo tal qual como hoje conhecemos. São resultados desse tempo também a figura do jornalista correspondente internacional, enviado especialmente para cobrir conflitos, como a Guerra da Criméia (1853-1856), a Guerra Civil Americana (1861-1865) e a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871). Antes, os relatos da guerra eram feitos por soldados envolvidos no conflito, contratados pelos jornais (SOUSA, 2008).

Outro resultado é também o surgimento de agências de notícias, inicialmente na Europa (SOUSA, 2008). Sendo a primeira agência a Havas, criado pelo francês Charles-Louis Havas em 1832 (AGUIAR, 2009 & MARQUES, 2005)

Aguiar (2009, p. 2) esclarece que

[...] a função elementar das agências de notícias é a importação e exportação de conteúdo jornalístico, especificamente aquele de origem internacional, além-fronteiras. A própria gênese das agências como serviços de informação financeira para bancos, investidores e capitalistas nas metrópoles européias, no século XIX, evidencia esse papel e está ligada à noção de que o próprio “jornalismo nasceu internacional” (NATALI, 2004: 13). A demanda da produção de propriedade privada por informação nova de origem estrangeira seria a razão-mestra por trás do surgimento do jornal, na época mercantil, e da agência, já na era do capital (AGUIAR, 2009, p. 2).

Em 1850, conforme Marques (2005), dois ex-colaboradores da agência Havas fundam suas próprias agências de notícias em outros países: Reuters (Inglaterra), e Wolff (Alemanha).

A dificuldade derivada da competição entre essas três empresas resultou num acordo assinado entre elas. Criava-se um cartel, repartindo o mundo em áreas de atuação de cada. (AGUIAR, 2009; MARQUES, 2005). Aguiar (2009) mostra que esse cartel perdurou por 60 anos - até a Primeira Guerra - com a falência da Wolff, com isso, o acordo foi cumprido parcialmente.

Foram as agências de notícias que deram “ [...] viabilidade econômica ao noticiário internacional” (NATALI, 2004 ,p. 31), e ainda hoje mantêm-se com grande peso no Internacional: “ [...] as principais, e às vezes até mesmo as únicas fontes de informações, principalmente no tocante às notícias do estrangeiro” (Unesco: 1983: 91 *apud* MARQUES, 2005, p. 17).

Ainda o século XIX via o surgimento do rádio, uma tecnologia capaz de transmitir informação de forma mais rápida a inúmeras pessoas. Suas primeiras aplicações limitavam-se a interesses particulares e militares (SOUSA, 2008), o Jornalismo se apoderaria dessa tecnologia, conforme Sousa (2008, p. 224) a partir da década de 1920 “[...] com o aparecimento da primeira emissora profissional de rádio: a norte-americana KDKA, nascida a 2 de Novembro de 1920”, já em 1923 surge os blocos de notícias, com quinze minutos de duração.

Assim, a radiodifusão ganhou uma grande importância nas sociedades. O fato de as notícias serem narradas dava aos iletrados uma forma de se informar; aos que moravam em lugares distantes, onde jornais ou não chegavam ou demoravam a chegar, também a oportunidade de saberem o que acontecia no mundo. Inúmeros governos usaram-se dessa tecnologia para os mais diversos fins: “As ditaduras, a Guerra Civil de Espanha e a II Guerra Mundial transformaram a rádio num veículo de propaganda”, tanto para sua população, quanto para territórios estrangeiros “[...] através das emissões de ondas curtas, situação que perdurou nas ditaduras totalitárias comunistas até ao final dos anos Oitenta, com contraponto nas rádios ocidentais” (SOUSA, 2008, p. 225).

Durante a mesma época da invenção do rádio, surge o cinema, igualmente usando em fins de propagação de informação e de conteúdo ideológico em um formato jornalístico batizado de cinejornal, definido por Silva (2011) da seguinte forma:

Os cinejornais eram noticiários exibidos nos cinemas antes do filme principal, apresentavam imagens dos acontecimentos da semana, notícias de desporto e, na maioria das vezes, informações ligadas à agenda dos governantes. O formato tradicional do cinejornal continha a exibição das imagens em planos abertos, com poucos cortes acompanhados pela narração de um locutor (off). (SILVA, 2011, p. 266).

Portanto o cinejornalismo era a única forma disponível, à época, que dava à população uma forma de ver imagens dos acontecimentos até os anos 1950, quando a televisão surge. Mas mesmo assim o cinejornalismo não se findou, ainda sendo usado para fins ideológicos de governo até definitivamente perder força nos anos 1970 (SILVA, 2011).

Já a televisão, como mencionado acima, nasce durante a década de 1950. Tornou-se massivamente mais consumida em países desenvolvidos, enquanto o rádio continuava o mais utilizado nos países subdesenvolvidos (SOUSA, 2008). Foi pelo telejornalismo que a população conseguiu ver grandes acontecimentos da História ao mesmo tempo que era informada. O avanço tecnológico permitiu ao telejornalismo também transmitir em tempo real o que acontecia.

O século XX apresentaria a última revolução utilizada pelo Jornalismo: a internet. Foi criada para fins militares e científicos em 1969 - à época chamada de ARPANET - a fim de que pesquisadores compartilhassem informações para diversos outros pontos de forma rápida (SOUSA, 2008).

O conceito por trás da Arpanet consistia em colocar os computadores a comunicar através da rede telefônica, permitindo aos utilizadores enviar mensagens electrónicas e aceder aos conteúdos dos computadores ligados à rede. Como a rede foi projectada para ter utilização militar, foi architectada descentralizadamente, ou seja, previu-se, por um lado, que a informação pudesse usar linhas telefónicas alternativas caso algumas delas fossem destruídas e, por outro lado, que não fosse necessário um controlador central para encaminhar a informação. É esta arquitectura descentralizada que ainda hoje impede o controle da Internet por uma única entidade (SOUSA, 2008, p. 243).

Sua disponibilização para o uso civil foi apenas na década de 1990, período em que surge o ciberjornalismo (SOUSA, 2008). Inicialmente as notícias colocadas na internet limitavam-se a textos - uma espécie de digitalização dos veículos impressos - com alguma imagem, foi mais dos anos 2000 em diante que o áudio (podcasts, transmissão radiofônica através da internet, entre outros) e o vídeo (vídeos informativos, replicação de vídeos transmitidos em jornais televisivos) começam a ser utilizados na internet pelos jornais.

A internet ainda fez com que veículos antes “exclusivistas” de um único tipo de mídia, isto é, impresso, radiofônico ou televisivo, agora produzam pelo menos

mais um tipo de conteúdo midiático. Podemos citar, no caso brasileiro, a Folha de S. Paulo, que além da versão escrita (tanto digital quanto a imprensa), produz materiais audiovisuais (vídeos informativos para o *YouTube*) e áudio (*podcast* Café da Manhã).

4.2 O caso do Internacional

Como visto na seção 4.1, é impossível separar a História do Jornalismo sem passar pelo Internacional, visto que “O mercantilismo já precisava dele e foi por isso que o criou” (NATALI, 2004, p.22) e com grande desenvolvimento no século XIX com o surgimento de agências de notícias e sua consolidação.

As agências que se tornaram importantes no mundo nasceram em países com grande relevância internacional e cuja imprensa tem grande peso: A Havas (posteriormente Agence France Press - AFP), na França; a Reuters, na Inglaterra e a Associated Press, Estados Unidos (NATALI, 2004). Mas nada impediu que em países de poder secundários na diplomacia e geopolítica não desenvolvessem suas próprias agências. No Brasil podemos mencionar a *Agência Estado* (ligado ao jornal O Estado de S Paulo); a *Folhapress* (da Folha de S. Paulo); a *Agência Brasil* (estatal brasileira).

As agências seriam muito usadas para fins políticos de seus respectivos países. Conforme explica Sousa (2008), um fluxo foi criado entre agências nacionais e as três grandes internacionais (Havas, Reuters e Wolff):

[...] as pequenas agências nacionais, que produziam informação sobre o seu próprio país, enviando-a em exclusivo para a grande agência com que estavam coligadas, mas beneficiando, como contrapartida, da distribuição exclusiva dos conteúdos da grande agência no seu próprio país (SOUSA, 2008, p. 132).

Assim, a aproximação das agências nacionais com as grandes agências deu às primeiras a oportunidade de serem

[...] as principais fornecedoras de notícias (essencialmente políticas, diplomáticas, militares, económicas e culturais) aos órgãos jornalísticos, convertendo-se, por seu turno, num alvo da voracidade controladora dos poderes políticos nacionais. Essa dinâmica da informação internacional no final do século XIX

permitiu, por outro lado, a subordinação da informação difundida nos países “informativamente colonizados” aos interesses estratégicos dos países “informativamente colonizadores”, pois a Reuter, a Havas e a Wolff aplicavam um sistema de censura prévia para evitar a difusão de notícias contrárias, respectivamente, aos interesses de Londres, de Paris e de Berlim ou dos grupos económicos com quem essas três grandes agências mantinham laços (PAZ REBOLLO, 1988 *apud* SOUSA, 2008, p. 132).

O desenvolvimento do Internacional, ao menos a partir do século XIX, se confunde com a das agências de notícias, conforme explica Natali (2004), visto que era, e ainda é, mais barato para um veículo midiático a contratação dessas empresas do que enviar e manter um correspondente, o que faz com que o uso de agências tenham uma certa generalidade. Isso decorre do fato do jornalismo feito por elas, e respingando no caráter do Internacional, tenha um certo grau de apartidarismo desses conteúdos - mais por uma questão de mercado visto que “[...] há clientes de diferentes orientações editoriais, nenhuma agência puxaria a azeitona para o lado de uma só empada” (NATALI, 2004, p. 31).

5 Análise

Neste capítulo são apresentados os resultados colhidos de 1 de julho a 30 de setembro de 2019. Primeiro é analisado o cenário dos resultados gerais para, em seguida, aprofundar em cada um dos três jornais e suas peculiaridades no que se trata dos materiais colhidos. Por fim, uma síntese geral dos resultados expostos, a fim de tentar encontrar possíveis explicações da ocorrência dos fenômenos.

Na metodologia encontra-se como foi feito a escolha dos veículos e como foram separadas as notícias, de acordo com subcategoria, gênero e formato.

5.1 Metodologia

Para a análise do tema, optou-se por escolher um jornal de maior circulação das duas principais capitais do país – São Paulo e Rio de Janeiro -, seguindo os dados divulgados pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC), que apontou a *Folha de S. Paulo* e *O Globo* como os jornais de maior circulação dessas cidades, respectivamente.

Optou-se também pela escolha de um jornal de Brasília – *Correio Braziliense* – para efeito comparativo entre o que se noticia na capital federal, e nas duas principais capitais econômicas e culturais do país.

Foram analisados os sites desses jornais e a menção de cada um dos países luso-africanos, além dos termos CPLP e PALOP (tanto por extenso quanto abreviado). Só foram computados os resultados que apareciam no site do jornal, a fim de evitar ambiguidades entre os resultados, com exceção de blogs, classificados aqui como colunas. São, portanto, os domínios acessados para busca:

Figura 2: Sites utilizados para pesquisa

Folha de S. Paulo	folha.uol.com.br
O Globo	oglobo.globo.com; blogs.oglobo.globo.com
Correio Braziliense	correio braziliense.com.br

Fonte: compilação do autor.

O período de análise compreende o terceiro trimestre de 2019. Iniciado a 1º de julho de 2019, e finalizado a 30 de setembro de 2019, em um total de 92 dias. O período foi escolhido por ser o segundo semestre do governo de Jair Bolsonaro, uma ruptura com as antigas práticas e ideologias dos governos petistas (2003-2016), além de ser um período de maior elucidação, consolidação e percepção de quais são os modos de governar do novo governo.

Foram coletadas 192 publicações que se mencionava os países pesquisados (excluindo os que apareciam exclusivamente homônimos; por exemplo: galinha d'**angola**. Os gentílicos também foram descartados como menção a um país), independentemente de editoriais ou classificação dentro os gêneros jornalísticos nos quais essas publicações podem ser enquadradas.

A partir dessa seleção prévia optou-se pela análise de conteúdo, objetivando inicialmente quantificar as notícias por país, para posteriormente analisar o conteúdo do material selecionado.

As publicações foram separadas em **duas grandes categorias**, mutuamente excludentes:

- a) **Menção direta**: inseridas aqui todas as publicações que tinham um papel central no fato reportado, assim como notícias que envolviam e tratavam exclusivamente de assuntos do país – isto é, sem qualquer intermédio de personalidades nacionais que estão visitando o país, por exemplo;
- b) **Menção indireta**: todas as notícias que mencionavam de passagem o(s) país(es) pesquisados, ou que não tinham um papel central no fato reportado.

Foram agrupadas em **subcategorias**, também mutuamente excludentes:

- a) **Cultura**: Produções culturais, manifestações artísticas, entre outros;
- b) **Economia**: índices, pesquisas na área, entre outros;
- c) **Educação**: eventos educacionais, ensino superior, entre outros;
- d) **Esportes**: eventos esportivos, resultados de partidas, entre outros;

- e) **Fact checking:** esclarecimento sobre boatos, *Fake News*;
- f) **História;**
- g) **Lava-Jato:** Tema muito recorrente nos noticiários brasileiros, optou-se então por separar assuntos envolvendo a Operação da categoria *Política*;
- h) **Meio-ambiente:** Desastres ambientais, problemas ambientais, entre outros;
- i) **Policial:** Apreensão de drogas, entre outros;
- j) **Política;**
- k) **Saúde:** Vacinação, epidemias, entre outros;
- l) **Social:** Cotidiano, assuntos envolvendo pessoas, entre outros.

Foram classificadas também em **gêneros** e seus respectivos **formatos jornalísticos**, com base no agrupamento feito por Melo e Assis (2016), seguindo os seguintes critérios expressos – também mutualmente excludentes

a) **Gênero Informativo**

- 1 Nota:** matérias curtas, com breves informações;
- 2 Notícia:** Fato recente, ainda em discussão;
- 3 Reportagem:** Fato aprofundado, não necessariamente atual;
- 4 Entrevista:** bate-papo com alguma personalidade.

b) **Gênero opinativo**

- 1 Editorial:** encontrado na sessão “editorial”, sem assinatura, expressando uma opinião do veículo;
- 2 Artigo:** opiniões escritas e assinadas por especialistas e que não escreve para o jornal regularmente em espaço destinado (colunista);
- 3 Resenha:** análise e crítica de algum produto ou peça cultural;
- 4 Coluna:** espaço destinado a se escrever sobre os mais diversos assuntos, independente de formato e tamanho, contendo opinião do colunista. Entra aqui também a sessão “blog”;
- 5 Carta:** opinião expressa por leitores.

c) **Gênero Interpretativo**

1 Análise: interpretação de acontecimentos, analisando, com opinião de quem escreve;

2 Perfil: breve biografia de uma personalidade com falas.

d) **Gênero Diversional**

1 História de interesse humano: assunto diverso, contando a vida de pessoas não-midiatizadas.

e) **Gênero utilitário**

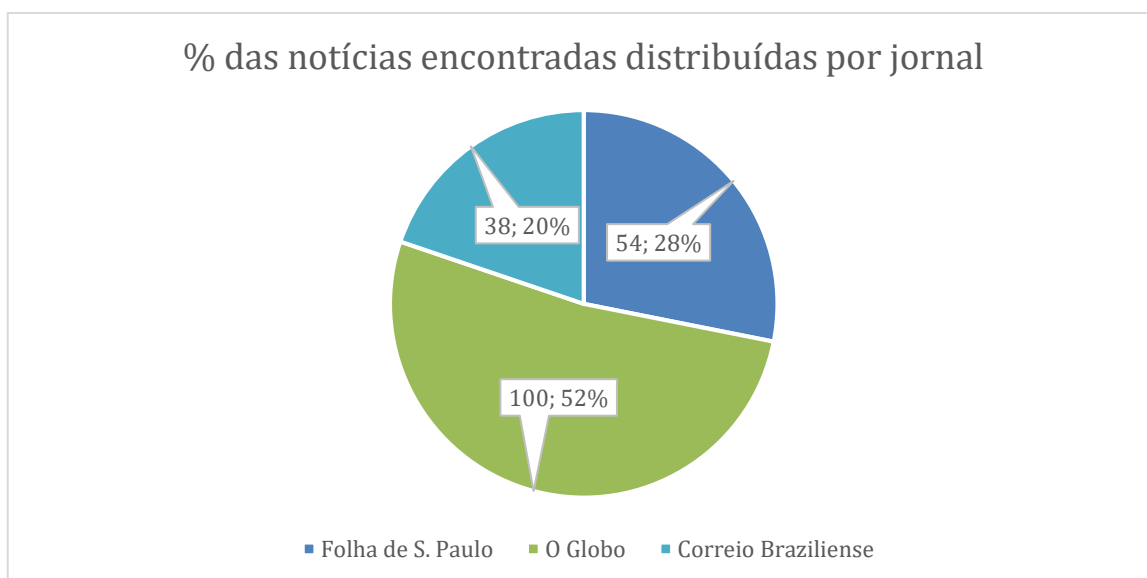
1 Roteiro: sugestões do que fazer;

2 Serviço: informação do que acontece, preços.

5.2 Análise geral

Nos 92 dias que compreendem o período de análise, foram coletadas ao todo 192 publicações. Sendo a maior parte - 52% das notícias – encontrados n' *O Globo*, com uma grande margem de diferença para o segundo – *Folha de S. Paulo* – com 28%. Por último, o *Correio Braziliense*, com 20%.

Figura 3: Porcentagem das notícias coletas, por jornal

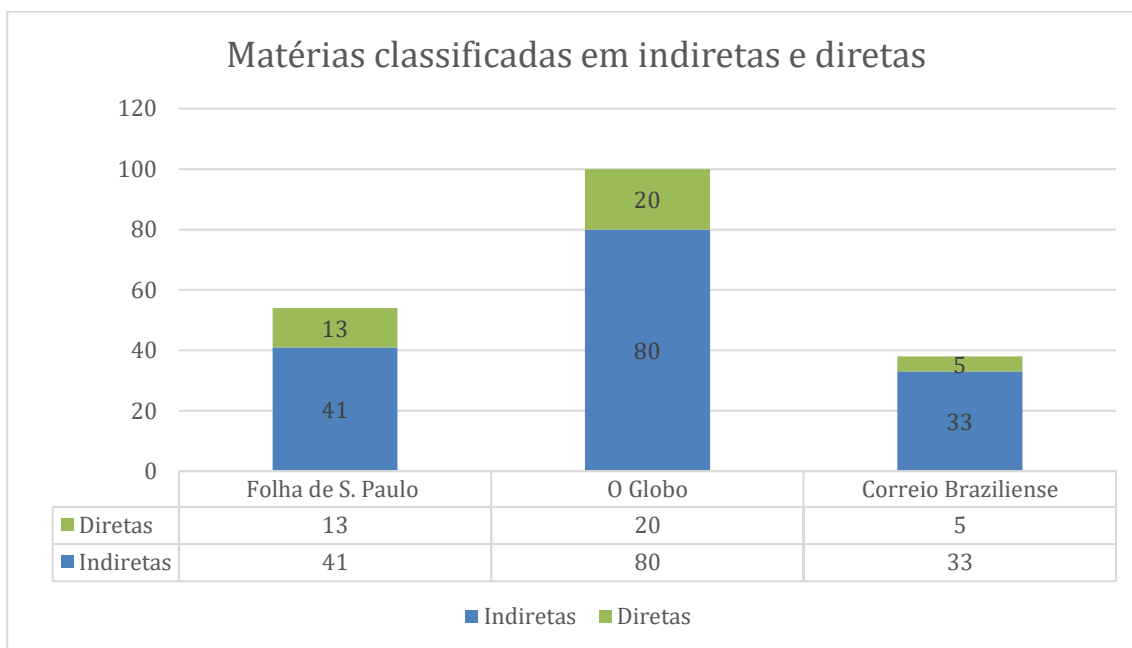


Fonte: compilação do autor.

Separando as notícias nas categorias *menção direta* e *menção indireta*, a tendência segue a ordem do ranking anterior. Num total de 38 publicações classificadas em **direta**, *O Globo* conta com a maior participação, com $\cong 53,8\%$. A *Folha* compreende $\cong 33,3\%$ e o *Correio* com $\cong 12,8\%$.

Porém boa parte das 192 publicações analisadas, a maioria foi classificada como **indireta**, com o número total de 154 (aproximadamente 79,8% do total de 192 publicações). Também em mesma ordem: *O Globo*, na liderança, com $\cong 52\%$, a *Folha* com $\cong 26,6\%$ e o *Correio*, representando $\cong 21,4\%$.

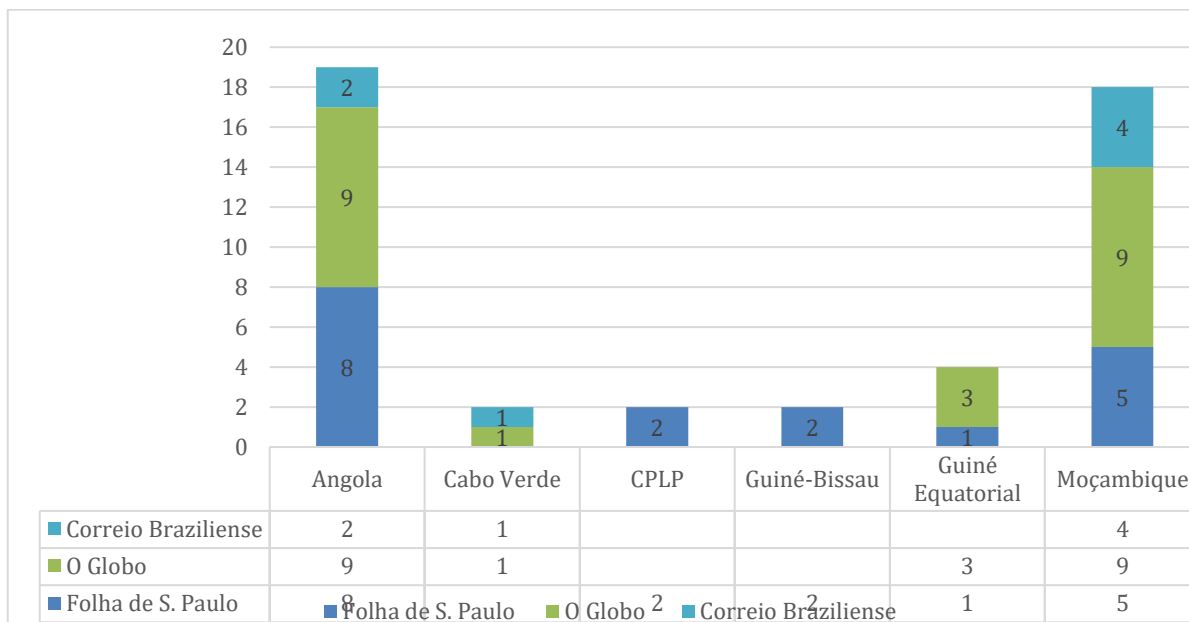
Figura 4: Matérias, por jornal, classificadas na categoria “indireta” e “direta”



Fonte: compilação do autor.

Partindo para uma análise de países de quais países são mencionados e em quantas matérias eles aparecem, **diretamente**, temos o seguinte resultado:

Figura 5: Número de matérias “diretas” em que aparecem os países



Fonte: compilação do autor.

É possível constatar que os mais retratados são, respectivamente, Angola e Moçambique, justamente os com maior relevância dentro o recorte de análise desta pesquisa. O único país a não figurar na categoria **direta** é São Tomé e Príncipe, assim como o termo PALOP.

5.3 Análise dos casos

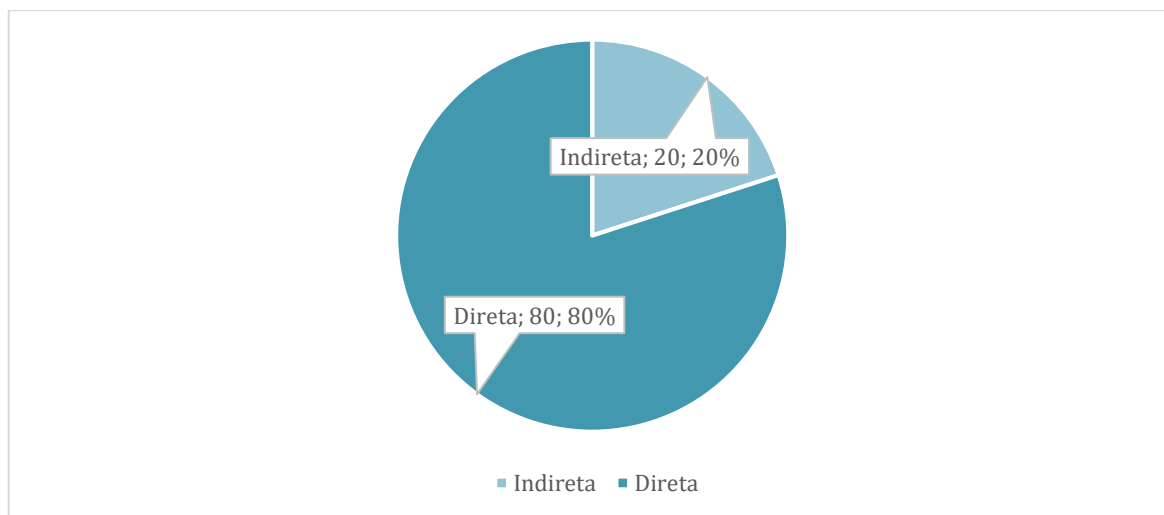
A subdivisão foi organizada de acordo com o número total de notícias encontradas por jornal, a começar pelo *O Globo*, que é o jornal com mais notícias encontradas, seguido da *Folha de S. Paulo* e, por fim, o *Correio Braziliense*.

Dentro de cada subdivisão encontra-se gráficos dos resultados: porcentagem de matérias separadas por categoria *direta* e *indireta*; quais países são mencionados na categoria *direta* e em quantas matérias aparecem. Há também tabelas em quais matérias os países são mencionados – nas *diretas* -, e outra tabela onde é feito a classificação dessas matérias de acordo com a editoria, subcategoria, gênero e formato.

5.3.1 O Globo

O jornal *O Globo* foi o que mais mostrou resultados dos países pesquisados – ao todo foram encontradas 100 notícias diferentes. Também é o que mais apresentou notícias classificadas como *diretas* – 20 - ainda assim, há mais notícias *indiretas*. Mostra-se a seguinte distribuição percentual:

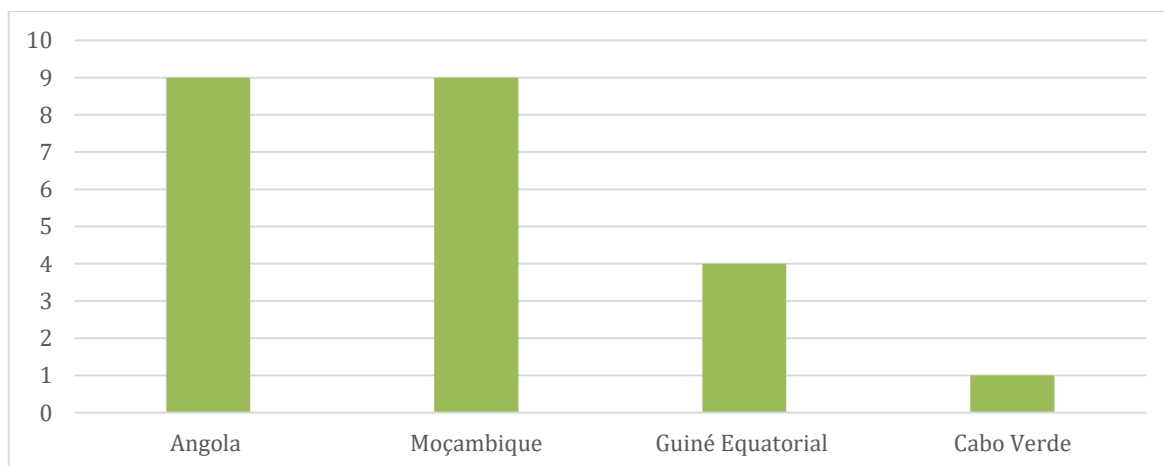
Figura 6: Porcentagem de matérias separadas por categoria – O Globo



Fonte: compilação do autor.

Os países mais mencionados seguem sendo Angola e Moçambique – desta vez, em empate. Segue Guiné Equatorial e, por último, Cabo Verde.

Figura 7: Número de matérias em que os países são mencionados – O Globo



Fonte: compilação do autor.

As menções aparecem nas seguintes matérias:⁹

Figura 8: Matérias onde os países são mencionados – O Globo

Países	Mencionados em
Angola	OG01, OG02, OG03, OG04, OG05, OG06, OG07, OG08, OG09
Moçambique	OG01, OG05, OG13, OG14, OG15, OG16, OG17, OG18, OG19
Guiné Equatorial	OG02, OG12, OG13, OG20
Cabo Verde	OG10

Fonte: compilação do autor.

O *Globo* apresentou mais publicações na editoria “Mundo” – tratando, a maior parte delas, em assunto pertinente à *política* e uma envolvendo o *Social*. A maioria tratando da visita do Papa a Moçambique.

As notícias em “Mundo” apenas duas contêm assinaturas de jornalistas, sendo uma assinada por um jornalista da AFP. O restante ou apenas figura o nome do jornal ou agências de notícias – são elas Reuters, ANSA, AFP e uma identifica genericamente como “Agências”.

Figura 9: Tabela com classificações das matérias em editoria, subcategoria, gênero e formato – O Globo

Código	Editoria	Subcategoria	Gênero	Formato
OG01	Editorial	Lava-Jato	Opinativo	Editorial
OG02	Brasil	Lava-Jato	Informativo	Notícia
OG03	Coluna	Cultura	Informativo	Coluna
OG04	Brasil	Lava-Jato	Informativo	Notícia
OG05	Economia	Lava-Jato	Informativo	Reportagem
OG06	Economia	Economia	Informativo	Notícia
OG07	Coluna	Lava-Jato	Informativo	Coluna
OG08	Fato ou Fake	<i>Fact checking</i>	Informativo	Notícia

⁹ Lista das notícias com os códigos referentes encontra-se no Apêndice A

OG09	Ela	Social	Informativo	Notícia
OG10	Brasil	Policial	Informativo	Notícia
OG11	Mundo	Política	Informativo	Reportagem
OG12	Mundo	Política	Informativo	Notícia
OG13	Mundo	Política	Informativo	Notícia
OG14	Mundo	Política	Informativo	Notícia
OG15	Mundo	Social	Informativo	Reportagem
OG16	Mundo	Política	Informativo	Notícia
OG17	Cultura	Cultura	Informativo	Entrevista
OG18	Brasil	Política	Informativo	Nota
OG19	Brasil	Economia	Informativo	Nota
OG20	Mundo	Política	Informativo	Nota

Fonte: compilação do autor.

Duas matérias são possíveis de serem enquadradas também em caráter “exclusivista”. São elas:

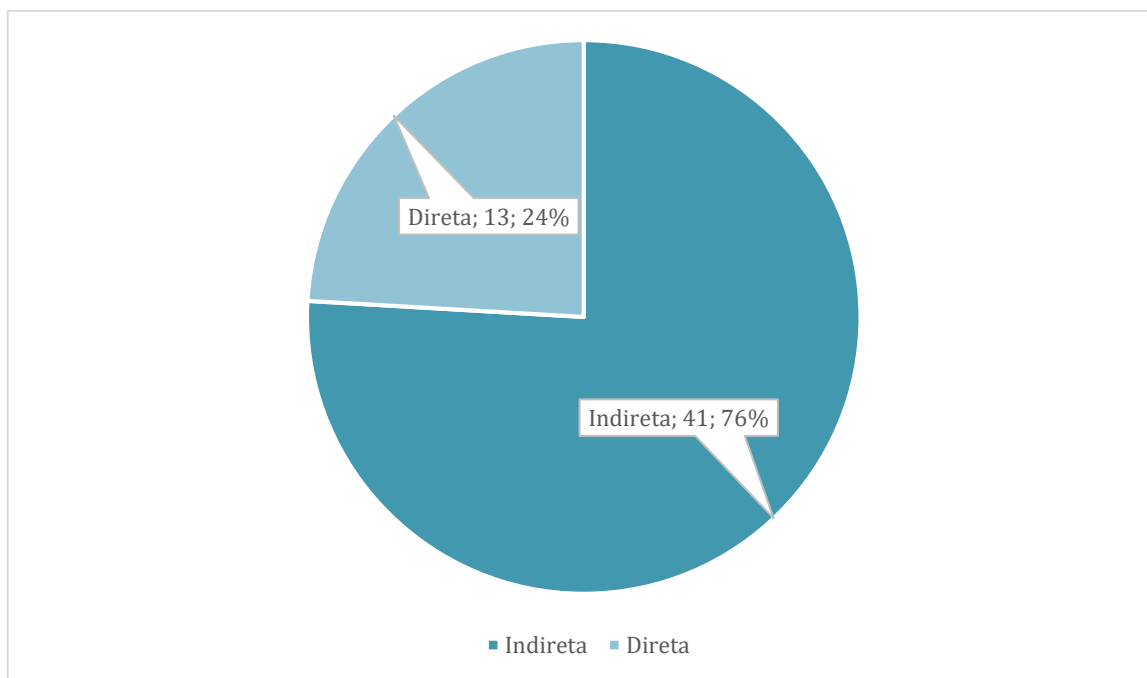
- i) Conheça os líderes africanos há mais tempo no poder (OG12), envolvendo Guiné Equatorial;
- ii) Moçambique assina acordo de paz pela terceira vez (OG13), envolvendo Moçambique;
- iii) No Norte de Moçambique, população vive sob o terror de jihadistas 'fantasmas' (OG15), envolvendo Moçambique;
- iv) Leilão de 25 carros de luxo de filho de ditador da Guiné Equatorial arrecada US\$ 27 milhões (OG20), envolvendo Guiné Equatorial.

5.3.2 Folha de S. Paulo

No que se trata de noticiar os países luso-africanos, a *Folha* os abordou mais de forma **indireta**, mencionando-os de relance – seja como breve exemplo, citação de caso, país de origem de alguém ou algo, por exemplo– sem que tenha uma grande relevância nos fatos noticiados.

Assim, segue a seguinte distribuição da classificação das publicações da *Folha*:

Figura 10: porcentagem de matérias separadas por categoria - *Folha*



Fonte: Compilação do autor.

Já as que são ***diretas*** sofrem de uma peculiaridade (fenômeno que se repete nos outros dois jornais): os países têm um papel central na compreensão da notícia, mas não foram acontecimentos desses países que os fizeram virar notícia, mas um tema principal que os liga a esses países e que possuem um papel importante na compreensão do fato.

Para melhor exemplificar, podemos citar a *publicação* “*Em evento em Perus, escritor Mia Couto defende seu lugar na margem*”, onde é analisado a palestra de Mia Couto, recapitulando obras do autor moçambicano e como suas obras retratam o seu país de origem – assim, não há um acontecimento político de Moçambique, por exemplo, mas tem papel de destaque pois envolve as obras de Couto.

Outra exemplificação é “Juiz isenta Lula de parte das acusações em ação por benefício à Odebrecht em Angola”. De certa forma essa matéria envolve um assunto pertinente a Angola, mas o país foi noticiado devido a um acontecimento envolvendo suspeitas de corrupção do ex-presidente Lula no país.

A única a ser enquadrada como totalmente exclusivista é “*Os carros de luxo confiscados de filho de presidente africano e leiloados por US\$ 27 milhões*”, envolvendo personalidade de Guiné Equatorial e seu país – isto é, sem qualquer ponte.

Os países são mencionados nas seguintes matérias¹⁰:

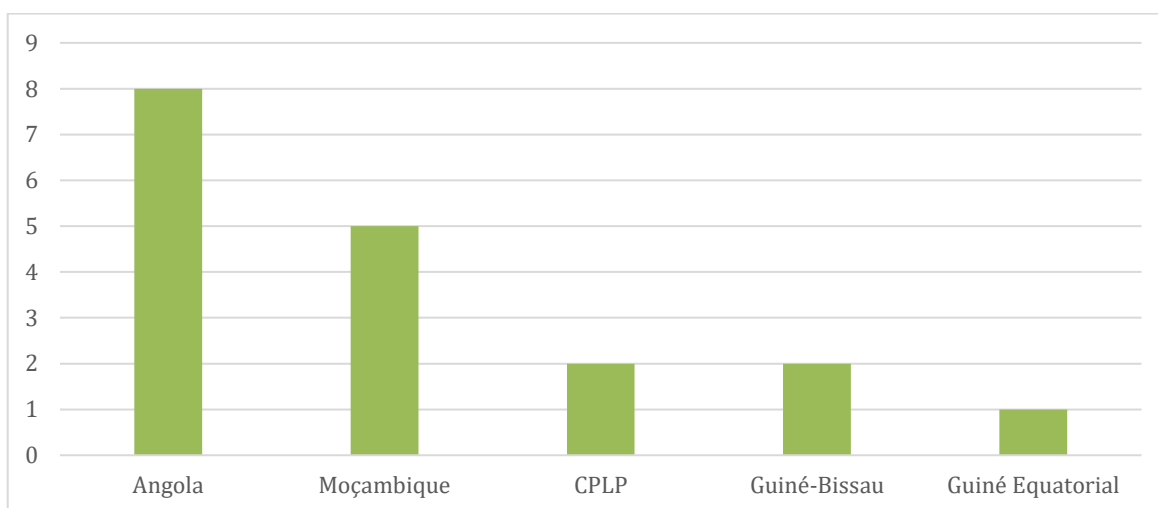
Figura 11: Matérias onde os países são mencionados - Folha

Países	Mencionados em
Angola	FS01, FS02, FS03, FS04, FS05, FS06, FS07, FS08
Moçambique	FS08, FS10, FS11, FS12, FS13
CPLP	FS10, FS11
Guiné-Bissau	FS07, FS08
Guiné Equatorial	FS09

Fonte: compilação do autor.

Já em número de menções, em primeiro lugar, encontra-se Angola, seguida de Moçambique. Guiné-Bissau e CPLP aparecem igualmente, e por último, Guiné Equatorial

Figura 12: Número de matérias em que os países são mencionados - Folha



Fonte: compilação do autor.

¹⁰ Lista das notícias com os códigos referentes encontra-se no Apêndice B.

Na classificação das notícias, encontramos os seguintes resultados, apresentados na figura abaixo:

Figura 13: Tabela com classificações das matérias em editoria, subcategoria, gênero e formato - Folha

Código	Editoria	Subcategoria	Gênero	Formato
FS01	Poder	Lava-Jato	Informativo	Notícia
FS02	Brazil	Lava-Jato	Informativo	Notícia
FS03	Brasil	Lava-Jato	Informativo	Notícia
FS04	Mundo	Lava-Jato	Informativo	Reportagem
FS05	Editorial	Economia	Opinativo	Editorial
FS06	Poder	Lava-Jato	Informativo	Reportagem
FS07	Ilustríssima	Social	Diversional	História de interesse humano
FS08	Coluna	Política	Opinativo	Coluna
FS09	Mundo	Política	Informativo	Reportagem
FS10	Ilustrada	Social	Informativo	Entrevista
FS11	Coluna	Política		
FS12	Ilustríssima	Social	Opinativo	Artigo
FS13	Ilustrada	Cultura	Interpretativo	Resenha

Fonte: compilação do autor.

Os temas mais tratados ***diretamente*** envolvem política e Lava-Jato (excluindo duas repetições dessas últimas, traduzidas e publicadas em espanhol e inglês) e social com 3 matérias classificadas cada uma.

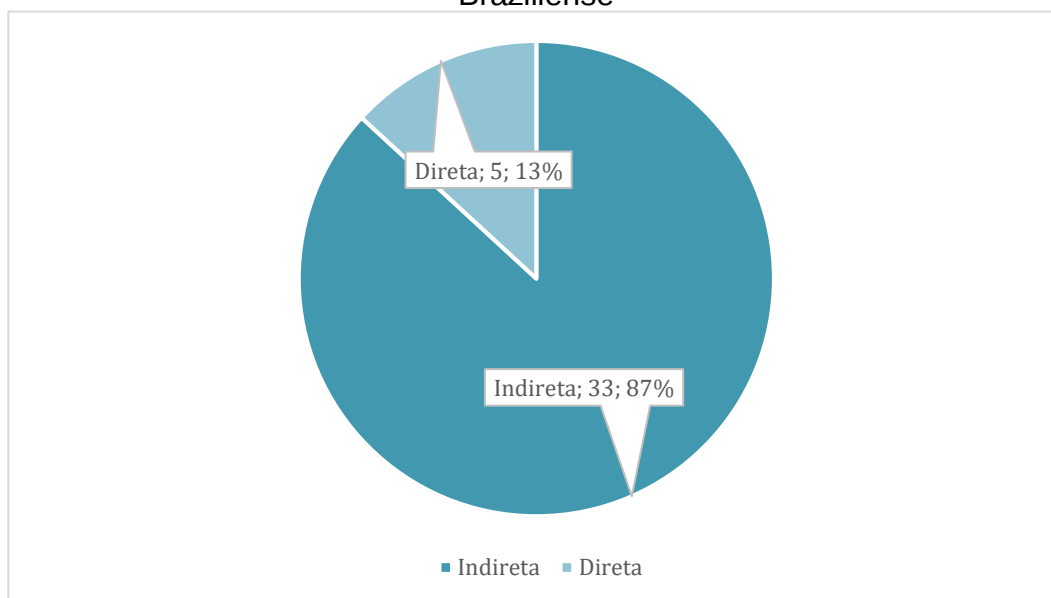
Matérias propriamente internacionais - colocadas na editoria “Mundo” - foram apenas duas, sendo uma produzida por uma agência de notícias (BBC Brasil) e outra assinada por um jornalista da *Folha*. As outras 11 publicações são assuntos de pertinência nacional.

5.3.3 Correio Braziliense

Em uma quebra de expectativas iniciais, o *Correio Braziliense* é o jornal que menos apresentou resultados para a pesquisa, em categorias *direta* e *indireta*, mesmo que seja um veículo presente na capital federal, onde além de se encontrar parte da elite política a nível federal, encontra-se representações estrangeiras – embaixadas, consulados, entre outros – de diversas nações.

Apenas 5 publicações foram enquadradas como ***diretas*** em um total de 38.

Figura 14: porcentagem de matérias separadas por categoria – Correio Braziliense



Fonte: Compilação do autor.

Há três países que foram tratados *diretamente*, sendo mencionados nas seguintes matérias¹¹:

Figura 15: Matérias onde os países são mencionados – Correio Braziliense

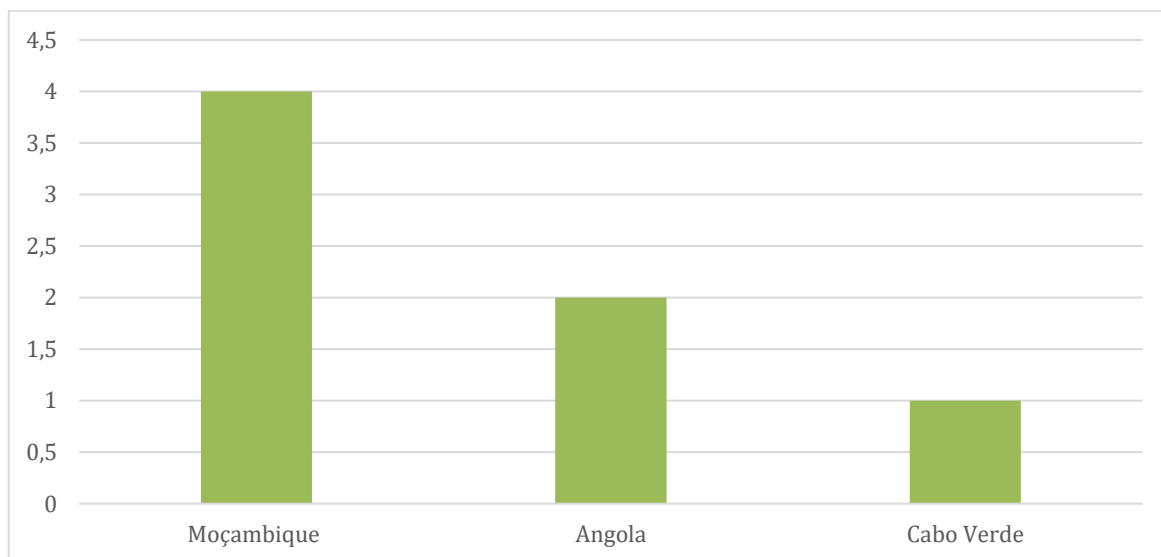
Países	Mencionados em
Moçambique	CB02, CB03, CB04, CB05
Angola	CB01, CB02
Cabo Verde	CB02

¹¹ Lista das notícias com os códigos referentes encontra-se no Apêndice C.

Fonte: compilação do autor.

É aqui que o resultado difere dos demais: Moçambique aponta como o país mais mencionado nessas 5 publicações, seguido de Angola e Cabo Verde.

Figura 16: Número de matérias em que os países são mencionados – Correio Braziliense



Fonte: compilação do autor.

Três dessas publicações são enquadradas na editoria Mundo, todas oriundas de agências de notícias (uma creditada à Agência Brasil e duas à AFP). Com principal fato noticiado a visita do Papa Francisco a Moçambique.

Figura 17: Tabela com classificações das matérias em editoria, subcategoria, gênero e formato - Correio Braziliense

Código	Editoria	Subcategoria	Gênero	Formato
CB01	Política	Lava-Jato	Informativo	Notícia
CB02	Mundo	Social	Informativo	Reportagem
CB03	Mundo	Política	Informativo	Notícia
CB04	Mundo	Política	Informativo	Notícia
CB05	Diversão e Arte	Cultura	Informativo	Entrevista

Fonte: compilação do autor.

A única notícia “exclusivista” do *Correio* é “Mais de 821 milhões de pessoas no mundo passaram fome em 2018” (CB02).

5.4 Intepretação

O período de recorte escolhido – terceiro trimestre de 2019 - pode não ser suficiente para concluir todo um cenário envolvendo a cobertura desses países pelo jornalismo internacional brasileiro, mas pelo tempo em que esta pesquisa tomou, não seria possível pegar um tempo maior – seis meses ou mais.

Mas não podemos ignorar que muitos assuntos de relevância internacional acontecem nesses países, todavia sequer chegam a aparecer nos sites dos referidos jornais, mesmo que em uma simples nota.

Podemos comparar um acontecimento que, nos três jornais pesquisados, apenas foi noticiado em um. Trata-se da notícia “*Moçambique assina acordo de paz pela terceira vez*” (OG13) – disponível no site d’*O Globo*. O fato não figurou na *Folha de S. Paulo* e nem no *Correio Braziliense*.

Tal notícia pode merecer um destaque devido aos esforços de reconciliação e manutenção em uma região marcada por inúmeros conflitos há mais de duas décadas. Olhando para o plano diplomático, um acontecimento do tipo pode ser de grande oportunidade para outros países a fim de investirem lá – principalmente o Brasil que procurou se aproximar dos países da CPLP nos últimos anos.

A visita do Papa a Moçambique durante o mês de setembro foi um acontecimento que fez o país ser noticiado. Sem essa visita, o número de menções a ele seria drasticamente menor no *Correio Braziliense*, mas nem tanto em n’*O Globo*. A visita papal não foi noticiada pela *Folha*.

Angola foi o país que mais apareceu nas buscas de modo geral. Grande parte do número de menções é devido ao esquema de corrupção envolvendo empreiteiras brasileiras que realizaram obras no país, questionamentos referentes a práticas duvidosas no financiamento de obras em Angola por parte do BNDES, entre outros. Parte dessas menções são d’*O Globo*, mas esse resultado é inflado, de certa forma, pois parte das citações aparecem em galerias de fotos postas em

matérias, como parte da recapitulação de casos do tema relacionado – no caso, envolvendo a Lava-Jato e suas consequências.

Moçambique também tem grande relevância, de modo geral, nos resultados. São dois países com grande peso entre os analisados devido ao tamanho a não ser ignorado, indicadores e atividades econômicas. Mas não só isso é suficiente para explicar a liderança de Angola e Moçambique durante o período de análise. Como visto, o que mais influenciou a menção desses países é justamente acontecimentos que não os envolve diretamente, ainda que as publicações sejam **diretas**. O principal acontecimento foi assuntos envolvendo a Lava-Jato e a visita de personalidades importantes a Moçambique – o Papa e o príncipe Harry.

Em outros períodos o cenário deve se manter o mesmo, com esses dois referidos países figurando com boa parte das aparições no noticiário, vindo na maior parte do tempo em citações pontuais ou vindo “a reboque” de um assunto principal.

Vale destacar que poucas notícias são pertinentes à editoria Internacional, e as que são, foram produzidas por agências de notícias – que alimenta boa parte das editorias internacionais de jornais brasileiros. Abre-se então algumas dúvidas: são as agências que pouco produzem sobre os países da CPLP? Ou ainda que produzam material, seria uma falta de interesse e, ou, espaço dos jornais em questão de adquirirem esse material?

Logicamente as agências de notícias pautam as editorias Internacionais e os jornais, aquilo que essas agências darão mais destaque em produzir – no velho esquema de oferta e demanda. Isto é, se os veículos midiáticos brasileiros optam mais por conteúdos envolvendo nações do Atlântico Norte, as agências que produzem notícias para eles optarão por fazer produzir materiais – vídeos, escritos, fotografias, entre outros – também envolvendo esses mesmos países.

Apesar da proximidade histórica e diplomática que o Brasil pretendeu cultivar com esses países, ainda assim essa realidade não reflete nas páginas dos jornais. A falta de conteúdo em relação a esses países pode ser explicada também pelos valores-notícia empregados na hora de decidir sobre um conteúdo internacional: fatores de proximidade geográfica, relevância dos atores internacionais na economia e diplomacia, conflitos – principalmente se envolve forças de potências, entre outros.

Assim, pode-se concluir que para as páginas Internacionais dos jornais pesquisados os países africanos integrantes da CPLP não possuem força o suficiente para que muita de suas pautas de relevância internacional sejam aqui publicadas – com exceção de que aparecem quando um assunto importante tem uma certa ligação com o país em questão. (Ex: quando Lula foi inocentado por suspeitas de corrupção envolvendo o BNDES em Angola; visita do Papa a Moçambique). Isso até mesmo contribuído pela falta de interesse da população em querer se informar sobre países e regiões que não lhe são “tangíveis” assim como é a União Europeia, Argentina ou Estados Unidos.

Mas não podemos dizer que não há conteúdo veiculado. O conteúdo que há, entretanto, não é suficiente para saber o que acontece nessas localidades, quais as realidades e desafios, realizações, mudanças de paradigma, entre outros. Sabe-se mais sobre as eleições em Portugal do que propriamente eleições dos luso-africanos.

E o que é veiculado com caráter “exclusivista”, geralmente não contribui para uma melhora na imagem negativa que frequentemente se tem da África como um todo, ainda que em certos casos isso possa ser verdadeiro.

O que não falta é conteúdo a ser explorado e destrinchado referentes aos países luso-africanos – principalmente os dois maiores – ainda que em pautas frias e contextualizações de problemas atuais.

6 Conclusão

A hipótese inicial de que os países africanos integrantes da CPLP eram pouco destacados e noticiados nos jornais brasileiros – ainda que os maiores países do grupo pesquisado (Angola e Moçambique) – mostrou-se verdadeira.

Olhando historicamente, muito contribuíram para a formação do Brasil – como fonte da mão-de-obra escrava, aspectos culturais, no idioma, sincretismo religioso, entre outros. Mas até mesmo em livros de História brasileiros esses países são pouco falados – ainda que durante seu período colonial ligado ao Brasil.

A aproximação realizada por Lula em seus dois mandatos também não foi o suficiente para destaca-los. Mas não apenas isso, a falta de peso desses países no cenário internacional contribui para sua exclusão das páginas dos jornais. Vide os indicadores econômicos colocados nos subcapítulos 2.2.1 *Angola* a 2.2.6 *São Tomé e Príncipe*, há pouca relevância desses países no cenário econômico – com exceção talvez de Angola, cujo PIB mais recente divulgado foi de US\$ 124 bilhões, enquanto os outros países o valor orbita entre US\$ 390 milhões a US\$12 bilhões. O número de turistas também indica uma falta de “destaque” deles.

O jornalismo internacional brasileiro, portanto, reflete esse cenário de “incógnita” que os países luso-africanos têm perante parte do Exterior. A situação é um pouco mais atenciosa quando olhamos a China na África, com inúmeros investimentos chineses nos países africanos, incluindo os da CPLP.

Até mesmo pela relevância do idioma, tais países são ofuscados pelo peso do Brasil (quinto maior país do mundo, com grande relevância em questões ambientais e produção de *commodities*), e até mesmo de Portugal (país europeu membro da União Europeia).

Mesmo a CPLP não conta com um grande peso, figurando poucas vezes no noticiário pesquisado. O destaque que recebem na imprensa vem “a reboque” de um outro assunto. Portanto, em relação à cobertura midiática brasileira, esses territórios são uma *terra incognita*.

Mesmo que se tenha a disponibilidade de agências de notícias internacionais produzirem diversos conteúdos, é o veículo que decidirá quais matérias publicar, quais assuntos tratar; isso também refletirá no que essas

agências devem focar seus recursos na produção de conteúdo e de que tipo – notícias, reportagens, documentários, etc. É, assim, todo um sistema econômico que contribui para que uma localidade tenha ou não mais destaque, ainda que em assuntos mais banais – por exemplo, falar sobre o que Kim Jong-Um e Trump comeram quando esses dois líderes se encontraram pela primeira vez em 2018.

O assunto pesquisado apresentou inúmeras dificuldades, a começar por quais e quantos jornais escolher e a definição do calendário de publicação das notícias, principalmente por temores de que o período em questão pudesse não representar totalmente a realidade – se os países luso-africanos figuravam muito, ou não, nos noticiários brasileiros. Porém o temor se provou, durante o decorrer do tempo, um pouco exagerado, já que em algumas consultas fora dos 3 meses analisados, os resultados para os seis países em questão não diferiam muito do que se encontrou em quantidade, relevância dos assuntos e os valores-notícia. Logicamente há exceções, como uma tempestade que atingiu Moçambique no início desse ano, vitimando inúmeras pessoas (mortes, destruição de casas, etc), colocando o país com um relativo destaque nas páginas dos jornais, embora não com um grande destaque.

A classificação das matérias como reportagem ou notícia, por exemplo, também foi dificultoso devido a características ambíguas que algum desses conteúdos têm: pauta relativamente fria, mas ao mesmo tempo que não se aprofundava muito na questão para contextualizá-la, entre outras.

Mostra-se necessário uma continuação e aprofundamento da pesquisa, em um período de análise maior, passando também por períodos anteriores. Procurar uma explicação para o que torna os países luso-africanos – ou até mesmo de outros países africanos - menos atrativos para o Jornalismo Internacional brasileiro é um caminho a ser seguido em uma eventual pós-graduação, que conta com maior tempo para pesquisa e elaboração do produto final.

Referências

ACTO COLONIAL. República Portuguesa. Decreto de lei nº22:465. Lisboa. 1933

AGORA. Portal for Parliamentary Development. **PALOP-TL: uma longa história de cooperação**. 2015. Disponível em: < <https://agora-parl.org/pt/interact/blog/palop-tl-uma-longa-história-de-cooperação> > Acesso: out 2019

AGUIAR, Pedro. Notas para uma História do Jornalismo de Agências. **In: VII Encontro Nacional de História da Mídia**. 2009, Fortaleza.

AMA. National Accounts Main Aggregates Database. United Nations <<https://unstats.un.org/unsd/snaama/introduction.asp>>. Acessado em: setembro de 2019. Banco de Dados

ANP. Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. <<http://www.anp.gov.br/publicacoes/anuario-estatistico/>>. Acessado em: setembro de 2019. Banco de Dados

ALVES, Dário de Castro. **A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**. Curso de Defesa Nacional, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa, 1995

BALDÉ, Victor Arsénio. **A importância dos fluxos migratórios na melhora das condições de vida da população da Guiné-Bissau**. 2004, 120 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional) Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2004

BAPTISTA, Maria Manuel. Comunicação Intercultural e Lusofonia – a perspectiva da semiótica da cultura. **in: LUSOCOM** – Federação Lusófona de Ciências da Comunicação. Anuário Internacional de Comunicação Lusófona Anuário Internacional de Comunicação Lusófona, 2008, pp 12-20

BOWN, Stephen R. **1494: Como uma briga de família na Espanha medieval dividiu o mundo ao meio**. Local: Globo, 2013

BRILHANTE, Neuma. Nas franjas do império ultramarino português: a experiência insular de São Tomé e Príncipe no despertar dos oitocentos. **In: HISTÓRIA**, São Paulo, 28 (1): 2009

BRITO, José Luis do Livramento A. de. **Cabo Verde, de uma Economia de Renda para um Modelo de Economia Sustentável**, 2013, 297 f. Tese (Doutorado em Economia) Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2013

BRITO, Regina H. P de; MARTINS, Moíses de L. Considerações em torno da relação entre língua e pertença identitária no contexto lusófono. in: **LUSOCOM** – Federação Lusófona de Ciências da Comunicação. Anuário Internacional de Comunicação Lusófona Anuário Internacional de Comunicação Lusófona, 2004, pp 69-78

BNP. Biblioteca Nacional de Portugal. **A CONCP** – a internacionalização da luta pela independência das colónias portuguesas. 2016 . Disponível em <http://www.bnportugal.gov.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=1175:conferencia-a-concp-a-internacionalizacao-da-luta-pela-independencia-das-colonias-portuguesas-15-jun-16-14h30-18h30&catid=166:2016&Itemid=1196&lang=en> Acesso: out 2019

CABAÇO, José Luís de Oliveira. **Moçambique: Identidades, colonialismo e libertação**. Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo. 2007. São Paulo

CARDOSO, Manuela. Migrações e Estratégias de Desenvolvimento dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento. Estudos de caso: Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. **Cadernos de Estudos Africanos** nº29 p.103-128 2015 Lisboa

CHIRA, Adriana. **A Forgotten Colony**: Equatorial Guinea and Spain. EuropeNow. Council for European Studies (CES). 2018. Disponível em <<https://www.europenowjournal.org/2018/02/28/a-forgotten-colony-equatorial-guinea-and-spain/>> Acesso em set 2019

CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA. República Portuguesa. Lei nº2048. Lisboa, 1951

CPLP. Disponível em <https://www.cplp.org/id-2752.aspx>. Acessado em set 2019. Acesso: out 2019

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. **Gold Coast**. Disponível em <<https://www.britannica.com/place/Gold-Coast-historical-region-Africa>> Acesso em: jul 2019

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. **Equatorial Guinea**. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Equatorial-Guinea/Cultural-life#ref129512britannica>. Acesso: set 2019

EYZAGUIRRE, P. B.. The Independence of São Tomé e Príncipe and Agrarian Reform. **The Journal of Modern African Studies**. 1989

FERNANDES, Antero da Conceição Monteiro. **Guiné-Bissau e Cabo Verde: da união à separação**. 2007, 138 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos) Centro de Estudos Africanos, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2007.

FERREIRA, Manuel Ennes. Nacionalização e confisco do capital português na indústria transformadora de Angola (1975-1990). In: **Análise Social**. Lisboa, Vol. 37, No. 162 pp. 47-90.

FORTES, Rafael. Da Impressão à liberdade de imprensa (séc. XV-XVIII). In. LAIGNIER, Pablo; FORTES, Rafael (org.). **Introdução à História da Comunicação**. Rio de Janeiro: E-papers, 2009 p.29-38

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **Poder Político e Administração na Formação do Complexo Atlântico Português (1645-1808)** Universidade Federal Fluminense, sem data.

GOVERNO DE CABO VERDE. Governo de Cabo Verde, **História: o arquipélago**. Disponível em < <https://www.governo.cv/o-arquipelago/historia/> > Acesso em jul 2019

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. Portal do Governo de Moçambique. **Economia**. Disponível em < <http://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Mocambique/Historia-de-Mocambique/Economia> : acesso em jul. de 2019

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **Os Filhos da Terra do Sol: A formação do Estado-nação em Cabo Verde**. Summus Editorial, 2002. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=uL2QMrgM6nUC&oi=fnd&pg=PA7&dq=cabo+verde&ots=522e4bANDn&sig=rImFk1Xy3xwjBT8-cibhQ2aLcW0#v=onepage&q&f=true> Acesso: out 2019

HOSO. HISTORICAL OFFICE OF THE FOREIGN OFFICE. **Nº 115: The Formation of the Portuguese Colonial Empire**. Londres: H.M. Stationery Office, 1920, 30p.

HOSO. HISTORICAL OFFICE OF THE FOREIGN OFFICE. **Nº 120: Angola (including Cabinda)**. Londres: H.M. Stationery Office, 1920b, 30p.

HOSO. HISTORICAL OFFICE OF THE FOREIGN OFFICE. **Nº 121: Mozambique**. Londres: H.M. Stationery Office, 1920c
 EMBAIXADA ANGOLA. Disponível em
<http://www.embangola.at/dados.php?ref=economia>
http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3053&Itemid=327. Acesso: set 2019

HDR. Human Development Reports. United Nations Development Programme. <http://hdr.undp.org/en/data>. Acesso: set 2019 Banco de dados.

INLIA, Marcelina Júlio. **Moçambique pôs independência (1975-1987)**. Universidade Pedagógica. 2016

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil, 500 anos de povoamento. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro, 2017.

JOURNAL OF AFRICAN LAW Vol. 1, No. 2. **The Legislation Providing for the Grant of Independence to Ghana**, Cambridge University Press (1957, pp. 99–112)

MADEIRA, João Paulo. Cabo Verde: **De um “estado inviável” ao pragmatismo na política externa**. Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad, vol. 11, núm. 1, enero-junio, 2016, pp. 85-101 Universidad Militar Nueva Granada Bogotá, Colombia

MARQUES, Márcia. **As mudanças nas rotinas de produção das agências de notícias com a consolidação da internet no Brasil**. 2005, 143 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo e Sociedade). Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília. 2005

MATTOS, Enlinson. INNOCENTINNI, Thais. BENELLI, Yuri. **Capitanias Hereditárias e desenvolvimento econômico: herança colonial sobre desigualdade e instituições**. Pesquisa e Planejamento econômico. PPE, v.42 n. 3

MIYAMOTO, Shiguenoli. O Brasil e a comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP). Revista Brasileira de Política Internacional. P.22-42. 2009

MOSCA, João. **Evolução da agricultura moçambicana no período pós-independência**. Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural Instituto Superior de Agronomia. 1996.

NASCIMENTO, Augusto. Quatro décadas de independência, das “mudanças” à indeterminação das vidas em São Tomé e Príncipe. Universidade de Lisboa, Centro de História. In: *Cadernos de Estudos Africanos* (2018) 35, 61-87. 2017

NATALI, João Batista. **Jornalismo Internacional**. 2ª ed. Editora Contexto, São Paulo, 2011

OLIVEIRA, Jailson da Conceição T. de. **Política monetária em Cabo Verde e mudanças macroeconômicas: evidências empíricas**. 2013. f 92. Dissertação (Mestrado em Economia). Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

OSJ. Open School of Journalism. Disponível em: <https://www.openschoolofjournalism.com/resources/about-journalism/history-of-journalism>. JORNALISMO OSJ Acesso: out 2019.

PINTO, João Alberto da Costa. Gilberto Freyre e o Lusotropicalismo como ideologia do Colonialismo português (1951–1974). In: **Revista UFG**, ano XI nº6. 2009 p.145-160

PINHEIRO, Letícia. “Ao vencedor, as batatas”: o reconhecimento da independência de Angola. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro nº39, janeiro-junho de 2007, p.83-120

PISSURNO, Fernanda Paixão. Chegada de Cristóvão Colombo às Américas. In: **InfoEscola**, 2016. Disponível em < <https://www.infoescola.com/historia/chegada-de-cristovao-colombo-as-americas/> > Acesso: jul 2019

PRMUSEUM. Museum of Public Relations. Disponível em: <http://www.prmuseum.org/blog/2015/6/24/acta-diurna-the-first-public-gazette>. 22 agosto (2015). Acesso: out 2019.

PÚBLICO. **A colónia onde todas as Fatumata tinham de se chamar Maria**. Disponível em < <https://acervo.publico.pt/mundo/noticia/a-colonia-onde-todas-as-fatumata-tinham-de-se-chamar-maria-1716239> > acesso em julho de 2019

RIZZI, Kamilla Raquel. Relações Brasil-PALOP: 40 anos de cooperação para o desenvolvimento no Atlântico Sul (1974/75-2015). In: **Revista Brasileira de Estudos Africanos** v.1, n.1, Jan./Jun. 2016 | p.143-167

SANGREMAN, Carlos. A política económica e social na Guiné-Bissau - 1974 - 2016. Working paper nº 146. **In: Centro de Estudos sobre África e América Latina**, 2016.

SANTOS, C.M. dos. **Moçambique como centro da articulação do comércio português do Índico Afro-Asiático**. Universidade de Brasília – UnB

SANTOS, D. dos. Economia, Democracia e Justiça em Angola: O Efêmero e o Permanente. **In: Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, Ano 23, nº 1, p. 99-133. 2001b

SILVA, Edna de Mello. Nas imagens da memória: a influência do cinejornalismo e da rádio na primeira fase do telejornalismo brasileiro. **In: Anuário Internacional de Comunicação Lusófona**. 2011, p.263-274

SOUSA, Jorge Pedro. **Uma história breve do jornalismo no Ocidente**. Universidade Fernando Pessoa, 2008.

SOGGE, David. **Angola: “Estado fracassado” bem-sucedido**. Working paper, nº 81. Fundación para las Relaciones Internacionales y el Diálogo Exterior (FRIDE) Madrid, 2009.

UIS.STAT. Institute of Statistics. UNESCO. Disponível em <
<http://data.uis.unesco.org>> Acesso: set 2019. Banco de dados

UNCD. UN Comtrade Database. United Nations. Disponível em
<<https://comtrade.un.org/>> Acesso: set 2019. Banco de dados

VALE, Andréa. A industrialização da imprensa no século XIX . *In*. LAIGNIER, Pablo; FORTES, Rafael (org.). **Introdução à História da Comunicação**. Rio de Janeiro: E-papers, 2009 p.39-49

VALÉRIO, Nuno. FONTOURA, Maria Paula. A evolução económica de Angola durante o segundo período colonial — uma tentativa de síntese. **In: Análise Social**, Lisboa, Vol. 29, No. 129, p.1193-1208. 1994

VASCONCELOS, Pedro (2016). De redes a territórios: o Império colonial português. In: **Revista de Geografia e Ordenamento do Território** (GOT), n.º 10 (dezembro). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, p. 35-54, [dx.doi.org/10.17127/got/2016.10.002](https://doi.org/10.17127/got/2016.10.002)

VITÓRIO, Benalva da Silva. Lusofonia: Proposta para a Reivenção de uma Comunidade. In: **LUSOCOM** – Federação Lusófona de Ciências da Comunicação. Anuário Internacional de Comunicação Lusófona, 2003, pp 11-23

¹WDI World Development Indicators. The World Bank, <https://data.worldbank.org/indicator/ST.INT.ARVL>. Acessado em: setembro de 2019. Acesso: set 2019. Banco de dados

APÊNDICE A - Notícias classificadas como *diretas* n'O Globo

Código	Título	Mês	Assinatura
OG01	Falta apurar quem comandou desastre no crédito externo	Jul	Editorial
OG02	Juiz absolve Lula de dois crimes, mas mantém maior parte da acusação	Jul	Jornalista
OG03	Muso da Flip, escritor angolano leva a plateia ao delírio ao comparar Brasil e Angola	Jul	Colunista
OG04	Palocci: empréstimos do BNDES eram contrapartida por recursos para campanhas do PT	Jul	Jornalista
OG05	Crédito do BNDES ao exterior tem R\$ 1,9 bilhão atrasado de Cuba, Moçambique e Venezuela	Jul	Jornalista
OG06	Na Oi, movimentação financeira das ações triplica na Bolsa e atrapalha venda de ativos	Ago	Jornalista
OG07	Mais problemas para Lula	Ago	Colunista
OG08	É #FAKE que vídeo de chacina de mulheres e crianças por militares foi gravado em Angola	Set	Agência G1
OG09	Príncipe Harry refaz visita icônica de Diana a campo minado na África	Set	Jornal
OG10	Cinco brasileiros são presos em Cabo Verde com mais de duas toneladas de cocaína	Ago	Jornal
OG11	Recordista mundial, ditador da Guiné Equatorial completa 40 anos no poder	Ago	Jornalista
OG12	Conheça os líderes africanos há mais tempo no poder	Ago	Jornal
OG13	Moçambique assina acordo de paz pela terceira vez	Ago	Jornal e Reuters

OG14	Papa Francisco recusa hospedagem em hotel caro em Moçambique	Ago	Agência ANSA
OG15	No Norte de Moçambique, população vive sob o terror de jihadistas 'fantasmas'	Set	Jornalista e AFP
OG16	Nutram a paz e a façam durar, diz papa aos moçambicanos	Set	Jornal e Agências
OG17	'O incêndio que mais me preocupa é da política ambiental e das instituições', diz Mia Couto	Set	Jornalista
OG18	'O essencial da manhã: Indicação de filho de Bolsonaro enfrentará resistências no Senado	Jul	Jornal
OG19	O essencial da manhã: Petrobras tem maior lucro trimestral da história	Ago	Jornal
OG20	Leilão de 25 carros de luxo de filho de ditador da Guiné Equatorial arrecada US\$ 27 milhões	Set	Jornal

APÊNDICE B - Notícias classificadas como *diretas* na *Folha de S. Paulo*

Código	Título	Mês	Assinatura
FS01	Juiz isenta Lula de parte das acusações em ação por benefício à Odebrecht em Angola	Jul	Jornalista
FS02	Judge Drops Portion of Corruption Charges against Lula	Jul	Jornalista
FS03	El juez absuelve a Lula de parte de los cargos en el caso de las obras de Odebrecht en Angola	Jul	Jornalista
FS04	ONG aponta empresa brasileira como parte de esquema de corrupção na África	Ago	Jornalista
FS05	Progresso africano	Ago	Editorial
FS06	Saiba quem Palocci delatou à Polícia Federal em 23 etapas de depoimentos	Ago	Jornalista
FS07	Africanos contam vida em São Paulo, onde ampliam mosaico da imigração	Set	Jornalista
FS08	Orgulhosamente sós	Set	Colunista
FS09	Os carros de luxo confiscados de filho de presidente africano e leiloados por US\$ 27 milhões	Set	BBC Brasil
FS10	Moçambicano culpa Brasil e Portugal por baixa difusão da atual literatura africana	Ago	Jornalista
FS11	Agenda da semana: Prêmio Nobel de Economia, Mostra Internacional de Cinema e Campeonato Brasileiro	Ago	Não assinada
FS12	Livros infantis me ajudaram a descobrir o colonialismo, diz Ruy Guerra	Set	Jornalista
FS13	Em evento em Perus, escritor Mia Couto defende seu lugar na margem	Set	Jornalista

APÊNDICE C - Notícias classificadas como *diretas* em *Correio Braziliense*

Código	Título	Mês	Assinatura
CB01	Lula é absolvido em processo de contratos em Angola com Odebrecht	Jul	Agência Brasil
CB02	Mais de 821 milhões de pessoas no mundo passaram fome em 2018	Jul	Agência Brasil
CB03	Papa Francisco visita Moçambique e Madagascar	Set	AFP
CB04	Papa chega a Moçambique, primeira etapa da visita à África	Set	AFP
CB05	Mia Couto participa de encontro com leitores e fala sobre livros	Set	Jornalista

